



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM REASSENTAMENTO  
INVOLUNTÁRIO DA POPULAÇÃO DA NOVA SEDE DO MUNICÍPIO DE  
JAGUARIBARA**

**Heloísa de Aquino Câmara**

Fortaleza – Ceará

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Heloísa de Aquino Câmara**

**APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM REASSENTAMENTO  
INVOLUNTÁRIO DA POPULAÇÃO DA NOVA SEDE DO MUNICÍPIO DE  
JAGUARIBARA**

Dissertação apresentada à UECE – Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

**Fortaleza – Ceará**

**2008**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**TÍTULO:** Aplicação de Políticas Públicas em Reassentamento Involuntário da  
População da Nova Sede do Município de Jaguaribara

**AUTORA:** Heloísa de Aquino Câmara

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

---

1ª Examinadora: Prof.a Dr.a Maria Helena de Paula Frota

---

2º Examinador: Prof. Dr. Odorico de Moraes Eloy da Costa

Defesa em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Conceito Obtido: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Aurélio e Hilza, com gratidão pelo seu processo de criação dos filhos.

Aos professores do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, pela busca da elaboração do conhecimento.

Ao meu orientador, pela paciência e pelos ensinamentos.

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, meu Senhor;

A minha família, minha força poderosa.

Onde o homem passou, onde deixou  
qualquer marca da sua vida e da sua  
inteligência, aí está a história.

Fustel de Coulanges.

## RESUMO

O presente estudo investiga a “Aplicação de Políticas Públicas em Reassentamento Involuntário da População da Nova Sede do Município de Jaguaribara-CE .” A questão dos recursos hídricos é fundamental para a estratégia de desenvolvimento sustentável da economia do Ceará, pois a água é o grande fator limitante para o desenvolvimento do Estado. As atividades produtivas e os municípios cearenses dependem dos médios e grandes açudes existentes no vale do rio Jaguaribe, pois são vulneráveis à ocorrência das secas. A barragem do Castanhão representa um dos mais importantes empreendimentos desenvolvidos no Estado do Ceará. Sua construção envolve várias ações distintas, sendo a intervenção fundiária uma das mais significativas e complexas, não só pela magnitude da obra, mas, e principalmente, porque contempla os reflexos que incidem diretamente sobre a população local. Um desses reflexos de grande impacto é a remoção da população de Jaguaribara residente na área inundada pela barragem. O açude Castanhão tem a função de assegurar benefícios econômicos e sociais, prioritariamente, para a população atingida. Assim, neste estudo dissertativo, objetiva-se analisar a sustentabilidade das políticas públicas efetivadas no novo Município de Jaguaribara, em consequência do reassentamento involuntário da população, esperando-se uma melhoria na qualidade de vida com perspectiva de um quantitativo maior de geração de emprego e renda. A metodologia utilizada para a execução deste trabalho constituiu-se em consultas literárias a respeito do assunto e na aplicação da pesquisa de campo, complementando a investigação pretendida, de tal forma a oferecer subsídios à elaboração de outros estudos na área.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Reassentamento Involuntário. Castanhão, Emprego e Renda.



## **ABSTRACT**

The present study it investigates the “Application of Public Politics in Involuntary Resettlement of the Population of the new county of Jaguaribara, in the state of Ceará”. The question of the water resources is basic for the strategy of sustainable development of the economy of the Ceará, therefore the water is the great factor of limitation for the development of the State. The productive activities and the pertaining to the state of Ceará cities depend on the smalls and mediums existing dams in the valley of the Jaguaribe River, therefore they are vulnerable to the occurrence of the droughts. The barrage of the Castanhão represents one of the most important enterprises developed in the State of the Ceará. Its construction involves some distinct actions, being agrarian intervention one of most significant and complex not only for the magnitude of the workmanship, but, and mainly, because it reflects the consequences directly on the local population. One of the great impact consequences is the removal of the population of Jaguaribara county, resident in the area flooded by the barrage. The Castanhão Dam has the function to assure economic and social benefits, with priority, for the reached population. Thus, this study objectives to analyze the sustainability of the public politics accomplished in the new county of Jaguaribara, due to the involuntary resettlement of the population, expecting an improvement in the quality of life, with perspective of an implement of job generation and income. The methodology used for the execution of this work consisted in literary consultations, regarding the subject in question and the application of field research complementing the intended inquiry, in such a way to offer subsidies to the elaboration of other studies in this area.

**Word-Keys: Public politics, Involuntary Resettlement, Castanhão, Job and Income.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>18</b>
2.1 Geral .....	18
2.2 Específicos.....	18
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
3.1 Área de Estudo .....	19
3.2 Características Gerais do Município .....	19
3.3 Natureza dos Dados .....	19
3.4 Métodos de Análise .....	20
3.5 Perfil dos Entrevistados .....	22
<b>4 O REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO.....</b>	<b>31</b>
4.1 Impactos e Desafios.....	31
4.2 O Reassentamento da População de Jaguaribara Ante o Impacto da Construção da Barragem do Castanhão.....	37
4.2.1. <i>Estudo de Opções para o Reassentamento da População Urbana.....</i>	<i>38</i>
4.2.2. <i>Estudo de Opções para o Reassentamento da População Rural.....</i>	<i>39</i>
4.2.3. <i>Intervenção Fundiária.....</i>	<i>40</i>
<b>5 A ANTIGA E A NOVA JAGUARIBARA .....</b>	<b>43</b>
5.1 Cenário Antigo - A Criação do Município de Jaguaribara.....	43
5.1.1 <i>Aspectos Demográficos.....</i>	<i>47</i>
5.1.2 <i>Aspectos Econômicos.....</i>	<i>48</i>
5.1.3 <i>Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM.....</i>	<i>50</i>
5.2- Cenário Atual – A Nova Jaguaribara Após o Castanhão .....	50
5.2.1 <i>Prenúncio Para a Concepção do Novo Município (Barragem do Castanhão).....</i>	<i>50</i>
5.2.2 <i>Generalidades.....</i>	<i>59</i>
5.2.3 <i>Aspectos Geográficos.....</i>	<i>65</i>

5.2.4 Aspectos Econômicos.....	68
5.2.5 Aspectos Urbanísticos.....	69
<b>6 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....</b>	<b>77</b>
6.1 Histórico .....	77
6.2 Emprego e Renda no Brasil e no Mundo.....	78
6.3. Emprego e Renda no Novo Município de Jaguaribara.....	83
6.3.1. <i>Projetos Programados</i> .....	83
6.3.1.1 <i>Projeto de Irrigação Curupati</i> .....	84
6.3.1.2 <i>Projeto de Irrigação Alagamar</i> .....	88
6.3.1.3 <i>Projeto de Irrigação/Pecuária Mandacaru</i> .....	88
6.3.1.4 <i>Projeto Curupati/Peixe</i> .....	90
6.3.2. <i>Outros Projetos Informais</i> .....	92
6.3.2.1 <i>Projeto de Piscicultura do Castanhão – Área Urbana</i> .....	92
6.3.2.2 <i>Pequenas Unidades Industriais</i> .....	95
6.3.2.3 <i>Artesanato</i> .....	95
6.3.2.4 <i>Turismo</i> .....	95
<b>7 CONCLUSÕES E SUGESTÕES/ RECOMENDAÇÕES FUTURAS.....</b>	<b>97</b>
7.1 Conclusões.....	97
7.2 Sugestões / Recomendações .....	100
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>112</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CARPA – Comitê de Apoio do Reassentamento e Preservação Ambiental

COELCE – Companhia de Eletricidade do Ceará

COGERH – Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos

CVT – Centro Vocacional Tecnológico

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

GM – Grupo Multiparticipativo do Castanhão

GTA – Grupo Técnico de Articulação

GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional do Castanhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal

IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

IMOPEC- Instituto de Memória do Povo Cearense

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IPLANCE – Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PEA – População economicamente ativa

PROURB – Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará

PSF – Programa Saúde da Família

SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigada

SECITECE – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará

SEDUC – Secretaria de Educação Básica

SEGOV – Secretaria de Governo

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação

SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura do Estado

SESA – Secretaria de Ação Social

SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social

SETUR – Secretaria do Turismo

SOHIDRA – Superintendência de Obras Hídricas

SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
01 Força de Trabalho, segundo a Faixa de Idade e Sexo, 2006 .....	22
02 Nível de Instrução dos Entrevistados, 2006 .....	22
03 Número de Famílias de Entrevistadas que Participam dos Movimentos, Entidades, Pastorais etc. 2004 .....	23
04 Grau de Satisfação para a Variável Educação, 2006 .....	24
05 Condição da Saúde no Município de Jaguaribara (Técnicos), 2007 .....	24
06 Condição de Saúde no Município de Jaguaribara (Edificações), 2007 .....	25
07 Opinião sobre Atendimento, Efetividade e Eficiência quanto às Condições de Saúde da População, 2007 .....	25
08 Lazer (Utilização das Horas de Folga), 2006 .....	26
09 Condição de Moradia (Situação de Posse), 2006 .....	27
10 Condição de Moradia (Área Construída), 2006.....	28
11 Nível de Satisfação dos Entrevistados para a Variável Emprego e Renda, 2007 .....	29
12 Nível de Remuneração dos Entrevistados, 2007 .....	29
13 População do Município de Jaguaribara, 1990.....	48
14 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e Grupo de Indicadores-Jaguaribara, 2000. .....	50
15 Dados Climatológicos (Média), 1961 a 1990.....	67

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E FOTOS

<b>FIGURAS</b>	<b>Página</b>
01 Mapa do Ceará Destacando o Município de Jaguaribara .....	44
02 Mapa do Açude Castanhão - Jaguaribara .....	57
03 Mapa do Novo Município de Jaguaribara .....	64
 <b>QUADROS</b>	
01 Municípios Atingidos .....	63
02 Volumes em Diversas Cotas da Barragem Castanhão.....	66
 <b>FOTOS</b>	
01 Vista Aérea da Antiga Sede de Jaguaribara.....	45
02 Barragem do Castanhão.....	58
03 Aspecto do Manancial d'Água .....	58
04 Sangramento da Barragem.....	58
05 Vista Aérea da Nova Sede de Jaguaribara.....	61
06 Ruas e Avenidas em Paralelepípedos .....	74
07 Outra Avenida em Paralelepípedos .....	74
08 Vista de uma Larga Avenida bem no Centro da Cidade .....	74
09 Vista de outra avenida mais distante do Centro .....	74
10 Edificação Residencial em Reforma.....	74
11 Escola Fundamental Humberto de Alencar .....	75
12 Escola Municipal Maria Socorro Xavier de Almeida .....	75
13 Liceu José Furtado de Macedo .....	75
14 Creche Meu Cantinho.....	75
15 Casa de Saúde de Jaguaribara.....	75
16 Vila Olímpica de Jaguaribara .....	75
17 Igreja Matriz Santa Rosa de Lima .....	76
18 Igreja São Vicente Férrer.....	76
19 Centro Administrativo Porcino Maia (Prefeitura Municipal).....	76
20 Câmara Municipal de Jaguaribara .....	76

21 Casa do Cidadão .....	76
22 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaribara .....	76
23 Estação de Bombeamento do Projeto de Irrigação do Curupati.....	86
24 Canal de Irrigação do Projeto Curupati .....	86
25 Plantação de Mamão I- Mamoeiro com 04 Meses Plantado .....	86
26 Plantação de Mamão II - Mamoeiro em Franca Produção .....	86
27 Colheita do Mamoeiro do Projeto de Irrigação do Curupati .....	87
28 Colheita de Mamoeiro do Projeto de Irrigação do Curupati .....	87
29 Limpeza da Área após Colheita.....	87
30 Transporte dos Irrigantes e da Produção .....	87
31 Goiabeira em Fase de Crescimento .....	87
32 Projeto Mandacaru (Visão que Deveria ser o Pasto Irrigado).....	90
33 Projeto Mandacaru (Pequeno Rebanho de Alguns Assentados) .....	90
34 Projeto Mandacaru (Ao Fundo, Residências dos Assentados).....	90
35 Projeto de Piscicultura do Curupati-Peixe.....	91
36 Aspectos das Gaiolas no Projeto Curupati-Peixe .....	91
37 OutraVista das Gaiolas no Projeto Curupati-Peixe .....	91
38 Projeto de Piscicultura do Castanhão- Área Urbana .....	94
39 Projeto de Piscicultura do Castanhão-Vista de Tanques .....	94
40 Projeto de Piscicultura do Castanhão-Vista dos Tanques (outro Ângulo) .....	94
41 Entrevista com Antigos Pescadores.....	94
42 Aspectos das Gaiolas às Margens do Açude Castanhão.....	94
43 Outra vista das Gaiolas as Margens do Açude Castanhão.....	94
44 Vista de outro Ângulo as Gaiolas às Margens do Açude Castanhão .....	94
45 Projeto de Piscicultura do Castanhão- Área Urbana (às Margens do Castanhão).....	94



## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação diz respeito à aplicação de políticas públicas em função do reassentamento involuntário da população do Município de Jaguaribara, inundado pela construção da Barragem do Castanhão.

O projeto de construção da barragem do Castanhão causou inúmeras polêmicas, haja vista, principalmente, a perspectiva de essa barragem acarretar impactos ambientais e culturais de grande amplitude, sendo esta a motivação principal para a realização de seminários diversos e para a continuidade de uma intervenção planejada do IMOPEC – Instituto de Memória do Povo Cearense. A intenção dos idealizadores desses seminários visava a reunir estudos com enfoques diversos sobre vários aspectos da realidade, abordando, por exemplo, a estrutura fundiária, a situação educacional e sanitária, as políticas públicas implementadas, a religiosidade e a cultura popular, entre outros.

Segundo dados do Plano Estadual dos Recursos Hídricos(1992), observa-se que as diretrizes estratégicas para a construção da Barragem e para o remanejamento da cidade de Jaguaribara teve início no ano de 1987. Segundo dados do IMOPEC entretanto, o processo de deslocamento involuntário da população de Jaguaribara teve início em agosto de 1985 quando foi anunciado o início da construção da Barragem. Com o citado anúncio, a insegurança, a ansiedade e o medo se instalaram. (Revista Raízes, 2000)

A construção da barragem do Castanhão, como qualquer grande obra de infraestrutura hídrica provocou o deslocamento involuntário de 2.500 famílias ou 12.000 pessoas residentes nos Municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo, Jaguaribe e Iracema. A população do Município de Jaguaribara, contudo, foi a mais impactada. (Revista Raízes, 2000)

Com a construção do açude Castanhão, houve a necessidade de reestruturação total do Município, englobando a sede e as áreas de produção e de preservação. Foi redefinido um novo território, pois dois terços do Município de Jaguaribara, cerca de aproximadamente

64,46%, ficaram submersos, razão pela qual foi projetada e construída a nova cidade de Jaguaribara (FREITAS, 2003).

*Os benefícios econômicos e sociais apresentados com a disponibilidade da água estocada na Barragem do Castanhão, presumivelmente, pensava-se efetivar ampla área de abrangência com a movimentação de suas águas, gerando riquezas através dos seus múltiplos usos. Esse novo cenário resultante da construção da Barragem do Castanhão em relação à nova cidade de Jaguaribara incluía a viabilização da irrigação das áreas cultivadas, a garantia de abastecimento permanente de água, o desenvolvimento da pesca, a geração de energia elétrica, o surgimento de atividades recreativas e de turismo no lago e na sua área do entorno, o crescimento de setores produtivos afins, como a agroindústria, a fabricação e o fornecimento de insumos ( Diário do Nordeste, Caderno Cidades, 18/12/2004).*

Exemplos negativos de reassentamentos involuntários no Brasil e no mundo deixavam a população de Jaguaribara cada vez mais apreensiva. Controvérsias também apareceram no caminho. Para os defensores do projeto Castanhão e o conseqüente deslocamento da totalidade dos jaguaribarenses para outra área desconhecida, onde haveriam de morar para sempre, era preciso o sacrifício da população, para viver sem enchentes, haver irrigação, integração das bacias do Ceará, aumento da pesca, geração de energia a baixo custo, geração de emprego e renda e vários outros motivos que eram apresentados para que caminhassem em silêncio “como ovelhas levadas ao matadouro” (REVISTA PROPOSTAS ALTERNATIVAS, 1999). Restou apenas a luta pela vida em melhores condições, alguns descrentes, outros embriagados pelas promessas e esperanças de uma vida melhor.

Em toda essa caminhada de perdas e inseguranças, a chama que manteve de pé a esperança e a vida do povo de Jaguaribara foi o sonho do reassentamento e, sobretudo, a criação de outra cidade, moderna, planejada e bem pensada, com ruas largas e, a médio e longo prazo, aeroporto e outros sinais de desenvolvimento. Velhos e jovens comentavam que a remoção da comunidade de Jaguaribara para uma nova cidade foi o maior impacto que a construção do açude causou. Além dos gastos com indenizações, a obra implicou a destruição de marcos históricos e a desestruturação do Município.

Nesta Dissertação composta de sete capítulos desde a Introdução e às Conclusões, foram definidas as propostas que servirão de análise e avaliação do plano de reassentamento involuntário elaborado e implantado pelo Governo do Estado do Ceará, assim

como a reestruturação econômica e social do novo Município de Jaguaribara e como se encontra atualmente a situação de emprego e renda da população atingida.

Introdução, Objetivos e Metodologia correspondem, respectivamente, os módulos 1,2 e 3 do Relatório de Pesquisa já o Capítulo 4, apresenta os aspectos gerais do reassentamento involuntário e os impactos causados na população após a construção da Barragem do Castanhão.

O segmento 5 trata da antiga e da nova Jaguaribara, dando ênfase especial na antiga, ao histórico do Município, resgate da sua memória, lugares, pessoas, modo de vida, anseios, costumes, lembranças das secas e dos invernos e aspectos econômicos.

Sobre o novo Município de Jaguaribara, atualmente chamada apenas de Jaguaribara, foi evidenciado como se encontra o Município na área urbana e nos projetos programados de irrigação Alagamar, Curupati(Irrigação e Peixe) e Mandacaru, a população, os aspectos geográficos e econômicos, bem como a mudança de vida em relação à situação anterior.

O Capítulo 6 enfoca preliminarmente a situação de emprego e renda no Brasil, no Mundo e, especificamente, em Jaguaribara.

O módulo de remate –7 - apresenta as conclusões e sugestões/recomendações , no intuito de oferecer uma visão de como poderiam ser melhoradas a renda e a qualidade de vida para os reassentados, no novo Município de Jaguaribara.

A metodologia utilizada para realizar a Dissertação – Cap.3- consistiu em várias visitas ao Município objeto do presente estudo, conversas com as famílias reassentadas, reuniões com autoridades, trabalhadores rurais, sindicatos, associações, servidores públicos, comerciantes e comerciários, aplicação de questionários na pesquisa de campo em dois períodos 2006 e 2007, leituras e interpretações de documentos literários.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar e avaliar a aplicação das políticas públicas no reassentamento involuntário da população do Município de Jaguaribara, tendo em vista a construção da barragem do Castanhão e os impactos socioeconômicos causados.

### **2.2 Objetivos Específicos**

1º) Analisar as dimensões e ações efetivadas pelo plano de reassentamento involuntário implementado pelo Governo do Estado junto à população de Jaguaribara.

2º) Avaliar a situação de como ficou a população de Jaguaribara após o reassentamento involuntário provocado pela construção da barragem do Castanhão, no que diz respeito ao processo de geração de emprego e renda e à conseqüente melhoria da qualidade de vida dos reassentados.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Área de Estudo**

O estudo foi realizado no Município de Jaguaribara, após o reassentamento involuntário da população ocasionado pela construção da barragem do Castanhão.

### **3.2 Características Gerais do Município**

O novo Município de Jaguaribara encontra-se localizado no semi-árido nordestino, Região onde é comum a ocorrência periódica do fenômeno das secas, ou seja, anos em que a precipitação anual alcança níveis bem abaixo da sua média histórica.

Localizada a 250 km de Fortaleza, tem uma temperatura média em torno de 26°C, pluviosidade de 600 a 650mm, área territorial total de 809,90km<sup>2</sup>, com uma área urbana de 4,2km<sup>2</sup>. O relevo é plano, do tipo chapadão, com 148 metros de altitude, livre de inundação. Limita-se ao norte com Morada Nova, ao sul com o Município de Jaguaribe, ao leste com Alto Santo e Iracema e ao oeste com Jaguaretama. O acesso ligando a cidade a BR-116 é feito por uma ponte construída sobre o rio Jaguaribe.

### **3.3 Natureza dos Dados**

Os dados utilizados no presente estudo são originários de fonte primária, obtidos junto às famílias das comunidades urbanas e rurais do Município de Jaguaribara, por meio de visitas, conversas, reuniões com os reassentados e por outras pessoas físicas e jurídicas que, de uma maneira ou de outra, tiveram sólida participação na construção da barragem do Castanhão e no processo da mudança da população para a nova área, além da aplicação do questionário elaborado com perguntas simples e diretas.

Os dados referem-se a todo um período em que se decidiu pela realização do tema definido, objeto desta dissertação, no entanto, a aplicação do questionário ocorreu em agosto de 2006 e outubro de 2007.

Os dados secundários provieram de leituras e interpretações de documentos literários (livros, folhetos, jornais, revistas, dissertações de mestrado, tese de doutorado, projetos, atas de reuniões do grupo multiparticipativo do Castanhão etc.) todos relacionados com o tema sob exame. Muitos dados também foram levantados junto à Secretaria de Desenvolvimento Agrário -SDA, Secretaria dos Recursos Hídricos -SRH, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE e outros citados neste trabalho.

### **3.4 Métodos de Análise**

A pesquisa de campo foi o método de análise utilizado, que teve por objetivo avaliar o papel desempenhado pelas diferentes atividades praticadas pelos reassentados da nova cidade de Jaguaribara, nas transformações econômicas e sociais das comunidades atingidas.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, nos meses de agosto de 2006 e outubro de 2007, com aplicação de questionários envolvendo 60 pessoas, representando suas famílias. Necessário se faz frisar que foi dada a oportunidade para outros membros da família externarem suas opiniões, enriquecendo o teor deste trabalho.

Segundo Gil (1995, p.45), este tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Consoante ainda, o mesmo autor, uma das características mais significativas da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Foram levantados dados sobre força de trabalho segundo a faixa de idade e sexo; nível de instrução; número de famílias que participam de movimentos, entidades, pastorais etc.; educação; saúde; lazer; condição de moradia (situação de posse e área construída); nível de ocupação; emprego e renda.

Mediante análises e avaliações, foram extraídas conclusões sobre os indicadores recolhidos.

Na suposição de que só é possível compreender de fato a realidade do lugar, visitando-o, foram organizadas algumas viagens ao novo Município de Jaguaribara, com o intuito de ouvir as pessoas, observar os seus hábitos e, sobretudo, procurar ganhar a confiança e a credibilidade, a fim de que as respostas às indagações acerca do trabalho que estava sendo executado fossem cada vez mais precisas.

Outros meios usados foram contatos com instituições públicas e privadas para obtenção de dados específicos relativos ao tema.

Destaca-se o material resultante das reuniões formais do Grupo Multiparticipativo - GM, Comitê de Apoio do Reassentamento e Preservação Ambiental – CARPA, Grupo de Trabalho Interinstitucional do Castanhão - GTI e do Grupo Técnico de Articulação – GTA., assim como as consultas bibliográficas utilizadas durante todo o desenvolvimento da Dissertação.

Houve a participação em diversas reuniões agendadas com lideranças do Município, Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Atingidos por Barragens, Associações, Sindicatos e Cooperativas. Também foram agendadas e realizadas entrevistas com autoridades, técnicos e lideranças locais.

Foram ouvidas, aleatoriamente, em todas as pesquisas, 60(sessenta) pessoas, representando cada uma delas a sua família composta por: 1) empregados que trabalham em instituições estaduais, federais e municipais; 2) lideranças locais; 3) pessoas com papel de liderança no GM - Grupo Multiparticipativo; 4) técnicos; 5) políticos e autoridades; e 6) demais pessoas afetadas pela Barragem. Os formatos das entrevistas que exploraram a história e as políticas relacionadas com os projetos de reassentamento foram: 1) a comunicação entre os órgãos responsáveis pelos projetos Alagamar, Mandacaru, Curupati Irrigação e Curupati-Peixe e as comunidades, 2) organização social das comunidades afetadas, e 3) ocupação e renda.

### 3.5 Perfil dos Entrevistados

**TABELA 01 - FORÇA DE TRABALHO, SEGUNDO A FAIXA DE IDADE E SEXO**

Faixa etária	Masculino		Feminino	
	Quantidade	%	Quantidade	%
16 a 20 anos	4	6,7	4	6,7
21 a 30 anos	7	11,7	5	8,3
31 a 40 anos	9	15,0	6	10,0
41 a 50 anos	8	13,3	5	8,3
51 a 70 anos	9	15,0	3	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>61,7</b>	<b>23</b>	<b>38,3</b>

Fonte: pesquisa direta - agosto/2006

Foram entrevistadas pessoas da faixa etária dos 16 aos 70 anos, tanto do sexo masculino como do feminino, predominando o masculino. Foi observado também que os maiores percentuais ficaram na faixa de 31 a 40 anos e os do intervalo dos 51 aos 70 anos de idade. (Tabela 01)

**TABELA 02 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

DISCRIMINAÇÃO	ENTREVISTADO		ESPOSO (A)		IRMÃOS		PAIS		DEPENDENTE	
	Nº ABS	%	Nº ABS	%	Nº ABS	%	Nº ABS	%	Nº ABS	%
ANALFABETO	03	5,0	02	3,3	02	3,3	01	1,6	06	10,0
LÊ E ESCREVE	06	10,0	03	5,0	03	5,0	03	5,0	18	30,0
PRIMEIRO GRAU	34	56,7	28	46,7	55	91,6	15	25,0	96	160,0
SEGUNDO GRAU	11	18,3	05	8,3	26	43,3	07	11,6	34	56,6
SUPERIOR	06	10,0	04	6,7	12	20,0	03	5,0	16	26,6
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>	<b>42</b>	<b>70,0</b>	<b>98</b>	<b>163,2</b>	<b>29</b>	<b>48,2</b>	<b>170</b>	<b>283,2</b>

Fonte: Pesquisa Direta – agosto/2006



Quanto à escolaridade, observa-se que, do total dos 60 entrevistados, apenas 03 são analfabetos (5%), 06 lêem e escrevem (10%), 34 concluíram o 1º grau (56,7%), 11 concluíram o 2º grau (18,3%) e 06 têm curso superior (10%). O detalhe interessante observado é que aqueles que se casaram o fizeram com pessoas de nível compatível com a sua educação e, em consequência, seus irmãos, pais e filhos apresentam perfis semelhantes. Outra observação que se faz é de que a relação percentual entre os dados marido/mulher, irmãos, pais e dependentes foi realizada em função do total de entrevistados.

**TABELA 03 – NÚMERO DE FAMÍLIAS DE ENTREVISTADOS QUE PARTICIPAM DE ALGUM MOVIMENTO, ENTIDADES, PASTORAIS ETC.**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIA</b>	<b>%</b>
CPT – Comissão Pastoral da Terra	06	10,0
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens	07	11,7
MST – Movimento dos Sem Terra	02	3,3
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais	08	13,3
Associação	22	36,7
Cooperativa	09	15,0
Outros	06	10,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta – Documento da CPT, 2004.

Demonstrando o envolvimento dos entrevistados, conforme indica a tabela 03, nota-se que os maiores percentuais fazem parte das pessoas ligadas às associações e cooperativa, 36,7% e 15,0%, respectivamente, que, somados aos outros indicadores, atingem 100% do total. Outro detalhe indicador do alto percentual alcançado pelas pessoas entrevistadas (36,7%) explica-se pelo fato de a Associação ser registrada em cartório como sociedade civil sem fins lucrativos, com estatuto e diretoria própria e pelo fato de representar um importante elo entre os associados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária e à pesca.

**TABELA 04 – GRAU DE SATISFAÇÃO PARA A VARIÁVEL EDUCAÇÃO**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
Satisfatório	10	16,7
Pouco satisfatório	2	3,3
Muito satisfatório	48	80,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta – agosto/2006

Dos entrevistados, observa-se que a maioria está muito satisfeita com os filhos e/ou membros das famílias na escola. Percebe-se que os pais se realizam por intermédio dos filhos, que sabem ler e estudam, objetivando um melhor futuro para eles. Os principais motivos que levam os filhos e/ou membros das famílias a acharem apenas satisfatório ou pouco satisfatório a variável educação ocorreu por eles condicionarem o curso como deficiente, professores não comprometidos, desinteresse do aluno, distância casa/escola e necessidade de ajuda no trabalho doméstico, na agropecuária ou na pesca.

**TABELA 05 – CONDIÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA (TÉCNICOS)**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ATENDIMENTO/DIA</b>
Médicos	06	60
Dentistas	03	20
Enfermeiros	04	
Téc. Habilitação Dentária	02	
Téc. Enfermagem	23	
Ag. Com Saúde	27	
Ag. Endemias	04	
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	

Fonte: Sec. Saúde do Município – out./2007 – Pesquisa Direta

**TABELA 06 – CONDIÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA (EDIFICAÇÕES)**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Hospital(ais)	01	Sede
Posto Saúde	03	Sede/Mineiro/Curupati
Centro Saúde	01	Sede
<b>TOTAL</b>	<b>05</b>	

Fonte: Sec. Saúde do Município – Out./2007 – Pesquisa Direta

**TABELA 07 – OPINIÃO SOBRE ATENDIMENTO, EFETIVIDADE E EFICIÊNCIA QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Muito boa	32	53,3
Boa	17	28,3
Regular	07	11,7
Ruim	04	6,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta – Out./2007

O Município de Jaguaribara conta com 06 profissionais médicos para atendimento da população, assim distribuídos: No Hospital, 01 médico atende diariamente a 40 pessoas; outro, toda quinta-feira, atende em torno de 60 pessoas, e outro, uma vez por mês, entre 40 a 60 pessoas; nos 03 postos de saúde da família existentes no Município, localizados na Sede, na comunidade Mineiro e no Projeto Curupati, são atendidos diariamente em torno de 30 a 40 pessoas, em cada uma dessas localidades.

Além do atendimento médico com a consulta, a cada 02 meses, o Município recebe uma equipe de cirurgiões especializados em diversas áreas de atuação para efetuar cirurgias devidamente agendadas. Quando há necessidade de procedimentos cirúrgicos emergenciais recorre-se aos municípios mais próximos ou mesmo a Fortaleza.

Dos 27 agentes comunitários de saúde, 08 assistem a sede e o restante, ou seja, 19 complementam o atendimento do Município. Existem 04 agentes de endemias, atuando em

todo o município, o qual conta também com 03 dentistas, sendo 02 concursados pelo Município e 01 oriundo do Governo de Estado. Há também 04 enfermeiros(as), 03 atuando nos Programa Saúde da Família - PSF e 01 no hospital. Existem ainda 23 técnicos em enfermagem sendo que 20 executam seus serviços na sede e 03 na zona rural.

As edificações públicas de saúde do Município contabilizam 01 hospital, 01 centro de saúde e 01 posto de saúde familiar, localizado na sede, além de 02 postos de saúde na área rural (Curupati e Mineiro).(Tabela 06)

Conforme a pesquisa de campo realizada em outubro/2007, no tocante à saúde, recebeu alto índice de aprovação muito boa/boa por parte dos entrevistados, atingindo um patamar de 81,6%.

**TABELA 08 – LAZER (UTILIZAÇÃO DAS HORAS DE FOLGA)**

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS	%
Vai às pracinhas	49	81,6
Visita parentes e amigos	47	78,3
Pratica esportes	18	30,0
Descansa	26	43,3
Vai à igreja	42	70,0
Joga dado, dominó, baralho etc.	32	53,3
Vai a clubes	10	16,6
Toma banho no açude	17	28,3
Assiste à televisão	60	100,0
Caça e pesca	17	28,3
Ouve rádio	56	93,3
Lê material informativo como jornal ou revista	47	78,3

Fonte: Pesquisa direta - setembro/2006

Nas horas de folga, o lazer das famílias que atingiram 100% dos entrevistados é assistir à televisão, seguido de escuta de rádio, frequência às pracinhas e conversar com os amigos. Destacam-se também as visitas a parentes e amigos, leituras, ida à igreja.

Outras pessoas dizem que não se divertem por algumas razões principais, como as condições financeiras limitadas, outras precisam acordar cedo para trabalhar, cuidar do roçado e das plantas frutíferas. Várias reclamações foram manifestadas, principalmente pelo saudosismo da antiga Jaguaribara, pela lembrança da proximidade do rio Jaguaribe, que era o maior evento de lazer para eles nos seus dias de folga.(Tabela 08)

**TABELA 09 – CONDIÇÃO DE MORADIA (SITUAÇÃO DE POSSE)**

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS	%
Própria	55	91,7
Cedida	02	3,3
Alugada	03	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta – setembro/2006

Com relação à variável condição de moradia, constata-se que houve melhoria significativa, haja vista que o percentual dos que moravam em casa própria, tomando por base a pesquisa de Gomes (julho/2003), e comparando com esta pesquisa (setembro/2006), aumentou de 57,8% para 91,7%. Explica-se esse resultado em virtude de critérios adotados pelos Governos Federal e Estadual, por meio dos seus órgãos DNOCS e SEINFRA, de modo que as famílias que residiam em imóveis cedidos ou alugados, ao optarem pela residência na nova cidade projetada e, que não tivessem renda suficiente para adquirir um imóvel, foram beneficiadas no programa habitacional de financiamento para aquisição da casa própria; e as famílias sem renda ou com renda insuficiente foram integradas a um programa especial para aquisição de casa própria, subsidiado pelo Governo do Estado.(Tabela 09)

**TABELA 10 – CONDIÇÃO DE MORADIA (ÁREA CONSTRUÍDA)**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
Abaixo de 25m <sup>2</sup>	-	-
Entre 25m <sup>2</sup> a 50m <sup>2</sup>	14	23,3
Entre 50m <sup>2</sup> a 75m <sup>2</sup>	16	26,7
Entre 75m <sup>2</sup> a 100m <sup>2</sup>	10	16,7
Entre 100m <sup>2</sup> a 125m <sup>2</sup>	12	20,0
Entre 125m <sup>2</sup> a 150m <sup>2</sup>	08	13,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta – setembro/2006

Entre as famílias entrevistadas, observa-se que não existe nenhuma residência de menos de 25m<sup>2</sup> e todas são de alvenaria, rebocadas e pintadas, com energia elétrica. Nos terrenos onde foram construídas as casas de variados tamanhos, há espaços para implantação de jardins, reformas ou aumento de dependência, a critério de cada proprietário. Outro detalhe, analisado durante as diversas entrevistas formais e informais, está no fato de se haver constatado que, dos 15 modelos de casas, 03 em cada tamanho, o modelo foi escolhido conforme o gosto do morador, sendo que o tamanho do imóvel, segundo a orientação do plano urbanístico, foi condicionado à dimensão do imóvel existente na área de origem.

O sistema construtivo adotado garantiu aos proprietários das casas, edificadas dentro dos mais rigorosos critérios técnicos e dotados de todos os itens necessários, uma vida confortável no lar. Todas estas edificações foram implantadas em lotes com afastamentos que possibilitam circulação de ar e iluminação natural, instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias. As autoridades competentes responsáveis pelo processo de mudança atentaram para o detalhe de priorizar a proximidade da relação de parentesco e vizinhança, porém não foi possível em sua totalidade, caindo aproximadamente 35%. Conforme informações informais dos entrevistados, muita gente se isolou.(Tabela 10)

**TABELA 11 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS PARA A VARIÁVEL EMPREGO E RENDA**

DISCRIMINAÇÃO	SIM	%	NÃO	%	TOTAL(%)
O que ganha dá para viver de forma efetiva e também regular	18	30,0	42	70,0	100,0
Trabalha na zona urbana	26	43,3	34	56,7	100,0
Considera o trabalho como emprego formal	32	53,3	28	46,7	100,0

Fonte: pesquisa direta – outubro/2007

Segundo o grau de satisfação das 60 pessoas entrevistadas apenas 30% achavam que a renda deles dava para viver de forma regular e efetiva, enquanto 70% viviam com dificuldade; 43,3% trabalham na zona urbana e 56,7% na zona rural; 53,3% consideram o trabalho como emprego formal, enquanto 46,7% consideram o trabalho como subemprego, trabalho informal, temporário ou, não trabalham.

**TABELA 12 – NÍVEL DE REMUNERAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

SALÁRIO MÍNIMO	QUANTIDADE	%
0,0-0,5	12	20,0
0,6-1,0	14	23,3
1,1-2,0	11	18,3
2,1-3,0	7	11,7
3,1-4,0	4	6,7
4,1-5,0	2	3,3
>5	1	1,7
Não Informou	9	15,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa direta – outubro/2007

Conforme a remuneração das pessoas entrevistadas, o maior percentual apareceu nas que auferem até um salário mínimo (23,3%), seguido das que ganham até dois

salários mínimos (18,3%), sendo que os que recebem mais de 05 salários mínimos participam com 1,7%. Vale ressaltar que, além das entrevistas, também, nesses mesmos fundamentos, de um total de 1.366 famílias reassentadas no município, foram ouvidas dezenas de pessoas informalmente e a conclusão dos resultados se assemelha.

Convém ressaltar que, com a metodologia definida para realizar esta dissertação, principalmente, com a busca de campo e as várias abordagens com os reassentados, buscou-se examinar o problema da relocação da população rural e urbana, afetada pela formação do reservatório do Castanhão, visando a identificar e propor opções de soluções e formas de ações coordenadas capazes de viabilizar as propostas governamentais prometidas antes da inundação do antigo Município de Jaguaribara.



## 4 O REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

### 4.1 Impactos e Desafios

Estudos, propostas e projetos de desenvolvimento, muitas vezes, exigem que as pessoas sejam involuntariamente reassentadas das áreas onde vivem e trabalham, para outras locações. São necessárias políticas públicas sérias e adequadas e uma implementação com propósito definido para minimizar e reverter os efeitos negativos da relocação involuntária sobre os indivíduos e sobre a economia, de maneira que as pessoas sejam ajudadas a se restabelecerem em uma base produtiva e sustentável.

Os princípios gerais do reassentamento com uma mudança planejada devem ser discutidos exaustivamente com ênfase na responsabilidade do governo, o envolvimento dos reassentados na escolha dentre as opções disponíveis para o reassentamento e na prevenção do impacto adverso sobre a população e o meio ambiente.

O reassentamento involuntário foi freqüentemente tratado no passado de uma maneira *ad-hoc* e a esmo, como um efeito colateral de baixa prioridade de obras infra-estruturais. A falta de objetivos claros, de procedimentos consistentes e de recursos adequados para o tratamento de um plano de reassentamento, resulta em sérios efeitos adversos sobre as pessoas deslocadas, e sobre o meio ambiente, de maneira a criar um conceito de temores desenfreados na população ameaçada de relocações previsíveis.

Para se contrapor a essas práticas, os órgãos governamentais procuravam passar para o povo a idéia de uma política coerente para o tratamento do reassentado involuntário, a fim de melhor proteger os interesses de milhares de pessoas afetadas.

Na perspectiva de Cernea (1989), o reassentamento involuntário é tido como de grande importância em virtude de uma mudança planejada ensejada por grandes projetos ou programas de desenvolvimento. Enquanto o reassentamento de pessoas tem como consequência a construção de represas para irrigação ou para a geração de energia hidroelétrica, de fato, ele também ocorre com freqüência considerável como um resultado de

projetos em muitos outros setores (Ex: projetos para renovação urbana, construção de rodovias, desenvolvimento de minas etc.)

Pelo mundo afora, os deslocamentos populacionais involuntários ocorrem também como consequência de guerras, tumultos políticos e de catástrofes naturais, tais como terremotos, secas, enchentes e outros. As numerosas categorias de populações deslocadas por tais eventos confrontam-se com muitos problemas semelhantes ou piores do que aqueles enfrentados por pessoas deslocadas por projetos de desenvolvimento.

Os tipos de projetos de desenvolvimento que, na maioria dos casos, causam o reassentamento involuntário, são aqueles asseverados sobre uma mudança principal na utilização das terras e da água. Isto ocorre comumente em projetos de desenvolvimento urbano, em projetos de recursos hídricos, na construção de rodovias, no desenvolvimento de mineração ou na indústria. Tais projetos são freqüentemente de importância crucial para o desenvolvimento regional ou nacional. Eles são apenas uma dentre uma gama de situações na qual os interesses nacionais em longo prazo podem conflitar com os interesses de grupos e de indivíduos que sejam imediata e adversamente afetados. Considerados estes projetos, no entanto, além de sua contribuição positiva para os interesses nacionais, eles têm ainda um impacto negativo inevitável e precisam ser encontrados meios para a reconciliação dos dois conjuntos de interesses conflitantes. Devem ser tomadas firmes medidas para proteger a vida, o bem-estar, a cultura e os direitos humanos daqueles deslocados, bem como para reduzir/compensar a perda do potencial econômico existente na antiga localidade.

Na opinião de Bar-El (2002), o deslocamento é extremamente perturbador e normalmente impacta as comunidades e indivíduos mais vulneráveis. Os impactos são econômicos, sociais e ambientais. Os de teor econômicos incluem o desmantelamento de sistemas de produção, a perda de bens produtivos, prejuízos de fontes de renda, a realocação das pessoas para áreas onde suas habilidades são menos aplicáveis e a mudança de pessoas para locais onde há uma disputa maior pelos recursos.

De acordo com dados do IBGE (1999), as atividades socioeconômicas em virtude do reassentamento involuntário têm sido criticadas por terem criado empobrecimento

crônico nas comunidades afetadas pelos projetos, em vez de contribuírem positivamente para o seu desenvolvimento.

Conforme lembra Cohen (1993), o reassentamento era visto freqüentemente como uma tarefa de remover pessoas da área do projeto da maneira mais rápida e mais barata possível. O entendimento de que o reassentamento fornece uma oportunidade para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade era raramente buscado.

Um problema central das decisões públicas consiste em que os recursos sempre são escassos para satisfazer as necessidades existentes. Sua alocação a determinados objetivos implica, em todos os casos, sacrificar outros. Em suma, todo sistema social estabelece um mecanismo de racionamento que pode adotar diferentes formas e basear-se em princípios também muito variados. Por isso é especialmente relevante a decisão de destinar recursos para atender aos diversos usos possíveis. A primeira decisão consiste em alocá-los entre os diferentes âmbitos da ação pública (físico, econômico, social); depois entre setores sociais (saúde, educação) e, posteriormente, entre programas de uma determinada área. (COHEN, 1993: 54).

O Banco Mundial (2001) e muitos governos responsáveis estabelecem salvaguardas no deslocamento involuntário para garantir que, no mínimo, o reassentamento consiga restaurar o nível econômico da população anterior às mudanças.

O Banco Mundial enfatiza, além disso, o fato de que os assentados devem ter a condição de compartilhar os benefícios procedentes do programa de desenvolvimento que causou a expulsão das pessoas de suas casas. Como resultado, o gerenciamento do reassentamento se faz bem mais exigente, com salvaguardas procedimentais obrigatórias e referenciais.

Melhoramentos na administração de reassentamento involuntário foram facilitados pela vasta quantidade de pesquisas feitas nas últimas décadas, pelo Banco Mundial e por pesquisadores independentes, em países centrais e em periféricos.

Associações formais e informais formadas ao longo do tempo também tendem a desaparecer com as mudanças nos espaços públicos, nos padrões de trabalho e na dispersão de seus membros. Problemas sociais conseqüentes do deslocamento involuntário incluem o enfraquecimento das estruturas comunitárias e das redes sociais, a dispersão de grupos

familiares, a perda de identidade cultural, a diminuição da autoridade tradicional e da capacidade de ajuda mútua. O sistema de saúde é negativamente afetado. Os impactos ambientais incluem a inundação da flora e da fauna, a perda de habitat e a degradação do ecossistema (BANCO MUNDIAL, 2001:3).

Segundo dados do Harc (1999), para assegurar que os planos de reassentamento sejam capazes de restaurar a renda dentro de um período aceitável após a seca e depois da realocização, eles deverão ser minuciosamente analisados em termos de sua capacidade de ensinar renda suficiente para a comunidade. Programas especiais necessários para a melhoria da produtividade da terra e das pessoas deverão ser identificados logo, devendo ser feitas provisões para se disponibilizar informações, treinamento, crédito e outra ajuda que venha a ser necessária.

Com efeito, torna-se amplamente aceitável o fato de que as comunidades devam se envolver mais no planejamento e implementação do reassentamento. Na grande parte das comunidades, os órgãos dos projetos, como no caso do Castanhão, proporcionam grandes oportunidades e espaços para o planejamento participativo, entretanto, observa-se que, geralmente, as comunidades não são capazes de aproveitar satisfatoriamente essas oportunidades porque estão despreparadas para assumir seu papel fundamental no desenvolvimento.

Para os pesquisadores do Harc (1999), a fim de se alcançar um verdadeiro planejamento participativo, são recomendáveis as seguintes medidas:

- deverá existir um período de treinamento e capacitação dentro da comunidade, antes que as questões de reassentamento sejam discutidas em reuniões com o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – PROURB<sup>1</sup> ou outros órgãos governamentais e, especialmente, antes que os membros da comunidade sejam solicitados a tomar decisões sobre opções de reassentamento ou aspectos outros correlacionados. Na maioria das vezes, referido treinamento torna-se difícil porque as comunidades envolvidas têm pouca instrução formal e uma tradição de

---

<sup>1</sup> O PROURB tem como objetivo criar oferta de água no contexto municipal no Estado do Ceará, por meio da construção de uma série de represas de médio porte.

relacionamento padrão-cliente, sem nenhuma experiência de participação em tomadas de decisão.

▪ Quando necessário, em virtude da falta de experiência, o pessoal de campo dos órgãos que conduzem o reassentamento deverá também se submeter a breve período de treinamento intensivo em metodologias participativas. O ato de se obter a participação das comunidades é usar um clichê, ciência e arte. O treinamento adequado é, portanto, no sentido de assegurar que os compromissos com a participação comunitária sejam sustentados por práticas apropriadas.

Ainda, na opinião dos pesquisadores do Harc (1999), o planejamento participativo do reassentamento exige que os órgãos do projeto se comuniquem cedo, muitas vezes e totalmente com as comunidades, sobre todos os aspectos relacionados com o reassentamento e com os próprios projetos que provocam o deslocamento.

Portanto, a criação de lideranças locais e estruturas organizacionais pode fazer aumentar intensamente a eficiência do processo de planejamento do reassentamento. A liderança e as organizações locais atuam como um informador das percepções e desejos da comunidade e podem expressá-los de uma maneira mais coerente e ordenada aos órgãos de reassentamento. Essas organizações podem também facilitar debates mais frequentes sobre questões do reassentamento dentro da comunidade no meio das reuniões regularmente marcadas com o pessoal dos órgãos governamentais, ajudando a esclarecer opções e preferências. Isto porque, por intermédio dessas organizações e líderes, os órgãos do projeto podem ter acesso aos principais interesses e preocupações da comunidade.

O desenvolvimento da liderança e da organização comunitária suficientemente educadas, experientes e organizadas para tirar proveito do espaço público, é uma constante que exige parcela considerável de tempo. Em muitas dessas comunidades, líderes informais surgem em vários corredores, entretanto, sua utilidade na negociação de resultados do reassentamento é limitada pela falta de um mandato extremamente específico.

Instituir, também, um espaço para consulta com a comunidade é importante, mas a capacitação da comunidade para torná-la efetiva dentro do processo foi fundamental para que se percebesse o real significado do planejamento participativo.

Segundo os dados teóricos do Harc (1999) capacitar é uma tarefa muito difícil em virtude da tradição de protecionismo, paternalismo e dos baixos níveis de educação regional. Por meios dos esforços constantes do PROURB, todavia, as comunidades do Castanhão foram capazes de formalizar o processo e criar organizações internas e lideranças a quem puderam recorrer e consultar durante o processo participativo. A combinação de reforma agrária e desenvolvimento agrário com reassentamento involuntário é uma estratégia sólida, compatível com a filosofia de que reassentamento involuntário deve ser concebido como uma oportunidade para o desenvolvimento.

Para os pesquisadores do Harc (1999), a difusão do conhecimento e das informações relativas ao reassentamento é bastante facilitada pela participação direta, como um senso de propriedade no processo. No caso do reassentamento do Castanhão, as medidas para se melhorar a acessibilidade ao grupo comunitário compreenderam oferecer mais publicidade às reuniões nas comunidades afetadas pelo projeto e proporcionaram à população atingida transporte para locomoção durante o referido processo.

Nesse sentido, o trabalho de reassentamento não foi concluído após a mudança física do povo. Levou-se pelo menos três anos para que parte da comunidade restabelecesse as atividades econômicas aparentemente normais e os níveis de renda. Este procedimento foi retardado em decorrência de determinadas condições desfavoráveis, como a não-implantação dos projetos de irrigação do Curupati, Alagamar e Mandacaru, todos previstos para estarem em pleno funcionamento por ocasião da mudança exigindo períodos ainda mais longos de monitoramento, avaliação e apoio.

Os dados da pesquisa Harc (1999:27) asseveram que os potenciais problemas que esse segmento da população afetada enfrenta, abrange:

- especulação de terras e aumento do preço da terra na vizinhança do projeto, provocados pela súbita infusão de recursos líquidos mediante a prática de aquisição de bens;
- falta de disponibilidade de terras de qualidade adequada e quantidade suficiente para substituir a terra adquirida pelo projeto; e
- compra e/ou decisões de investimentos imprudentes ocasionadas pelos beneficiários da indenização.

Em consequência desses problemas em potencial, pode-se verificar uma emigração de pequenos e médios proprietários para centros urbanos. A perda do fluxo de renda e receita ocorreu, principalmente, em casos em que esses proprietários fizeram opções precipitadas de reinvestimento com o dinheiro da indenização.

#### **4.2 O Reassentamento da População de Jaguaribara ante o Impacto da Construção da Barragem do Castanhão.**

O IDACE, no ano de 1996, organizou um plano de reassentamento com o objetivo de planejar e quantificar os recursos financeiros que seriam necessários para as ações identificadas. O plano foi desenvolvido para os vários núcleos no território diretamente afetado, considerando a concentração de família, suas características em termos de domínio e dimensão da terra, atividades econômicas, vinculação organizacional e existência de condições para um processo de discussão. Houve algumas discussões junto a SDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, órgão responsável pelo reassentamento urbano, sobre a intenção de famílias de residirem na área urbana da nova cidade, mesmo procedente da área rural. O IDACE argumentou que poderia ser uma opção, desde que as famílias demonstrassem aptidão para atividades urbanas do tipo artesanato, serviços hidráulicos (bombeiros), serviços elétricos (eletricistas), pequeno comércio, entre outras, ou fossem aposentados, pensionistas, tendo, portanto, garantia mínima de renda. Assim, o IDACE incluiu a cesta de opções à área urbana de Jaguaribara (PONTES,2004).

#### 4.2.1. Estudo de opções para o Reassentamento da População Urbana

Após definida a construção do açude Castanhão pelos Governo estadual e federal, surgiram as recomendações relativas ao reassentamento urbano, como o planejamento para a construção de outra cidade, haja vista os muitos exemplos negativos que já ocorreram em diversas obras hídricas no Brasil. De acordo com informações da SRH (1997), todos os órgãos responsáveis pelas várias atividades de reassentamento no Castanhão manifestaram um compromisso de participação comunitária no processo de realocização das populações afetadas. A nova cidade de Jaguaribara foi, por exemplo, projetada com a considerável contribuição da comunidade. Para isso, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SDU realizou várias reuniões com representantes da Cidade, com o propósito de estabelecer a planta básica da nova urbe.

O Plano de Reassentamento Urbano tem na sua composição imóveis residenciais e de uso misto, imóveis de uso institucionais, instituições religiosas, edificações comerciais, além de conjuntos residenciais especialmente construídos na zona urbana da nova cidade de Jaguaribara, para abrigar parte da população rural remanescente do distrito de Poço Comprido que optou por se transferir para a nova Sede Municipal. O perfil desses beneficiários era de aposentados rurais e demais trabalhadores atingidos, sem vínculos diretos com a atividade agropecuária.

Segundo Pontes (2004), os principais critérios para o reassentamento em lote residencial urbano foram:

- 1)ter sua atividade principal exercida diretamente na Cidade ou ser aposentado, sendo qualquer uma que não fosse agricultura ou pecuária;
- 2)a família ter interesse em ser reassentada; caso não tivesse, seria indenizada em espécie;
- 3)ter moradia habitual no imóvel desapropriado na zona urbana, caso não fosse morador ou benfeitor em alguma outra propriedade;
- 4)a família não possuir outra terra, exceto da área desapropriada, que oferecia condições de dar continuidade ao seu trabalho; e



5) ser chefe ou arrimo de família, mesmo que não tenha renda ou renda insuficiente para aquisição de casa própria e manifeste interesse em morar na nova cidade.

#### 4.2.2 Estudo de Opções para o Reassentamento da População Rural

As constatações de estudos realizados antes da construção da barragem do Castanhão, tendo em vista o plano de reassentamento da população rural impactada, indica como única opção viável em termos de agricultura, dadas as condições edafoclimáticas da região, a integração da população rural impactada a um plano de desenvolvimento hidroagrícola. Isto porque, partindo-se do princípio de que a realocização em perspectiva deverá preferencialmente ser feita para áreas próximas àquela que será inundada, verifica-se que as características físico-hídricas dos solos aráveis disponíveis nesta região-textura arenosa, altas taxas de infiltração e baixa capacidade de água disponível, aliadas à deficiência hídrica própria do clima local, tornam a agricultura de sequeiro uma atividade com escassas chances de sucesso.

Estudos agroeconômicos preliminares indicaram que um lote médio de 3ha irrigados, mesmo explorados em bases tradicionais (culturas conhecidas dos agricultores, sistema de produção não mecanizadas etc), seria suficiente para garantir sustento adequado para famílias típicas da região (2,5 unidades de força de trabalho disponíveis em média). Foi recomendada a adoção de um padrão de loteamento baseado em lotes de 3 a 4ha, subdivisíveis em parcelas de 1,5 a 2ha, de modo que seja possíveis acomodar famílias maiores e menores correspondentemente ao tamanho de sua força de trabalho. Uma importante ressalva indica a necessidade de se estabelecer mecanismos que garantam a subsistência da população até a maturação da exploração dos lotes, a colheita e a comercialização, quando seriam alcançados os rendimentos médios prognosticados.

Os investimentos coletivos (sistema de captação, adução, distribuição e drenagens principais) foram considerados não incidentes no custo da água para os agricultores reassentados, ou seja, tratados como custo social do Projeto Castanhão (tal como a implantação da nova cidade de Jaguaribara). Todos os demais custos como energia, operação

e manutenção, reposição, insumos, equipamentos parcelares (sistemas de irrigação por aspersão no interior dos lotes), foram levados em conta no estabelecimento do tamanho médio do lote , com o objetivo de garantir a auto-suficiência financeira dos perímetros de irrigação a serem criados (AGRAR,1990).

#### 4.2.3. Intervenção Fundiária

Segundo documento do IDACE, a intervenção fundiária foi uma ação complexa e de grande importância, executada na área de abrangência da bacia do Castanhão, por definir forma, ocupação, cadastramento da área e dos imóveis e regularização das terras, acarretando a elaboração e execução do plano de reassentamento rural, estratégia indispensável para minimizar o impacto da remoção dessas famílias.

O Convênio PGE-50/2000 determinou que cabe ao DNOCS proceder ao planejamento e à execução do reassentamento da população rural atingida pelas obras do Castanhão. Por outro lado, o citado Convênio possibilitou ao DNOCS, por via de vários termos aditivos, repassar recursos ao Estado para que este executasse ações inerentes ao reassentamento rural.

Assim, desde 1996, o IDACE como órgão interveniente nos citados aditivos, vem desenvolvendo ações direcionadas ao reassentamento da população rural atingida pela construção da barragem do Castanhão.

As atividades que antecederam o reassentamento rural se iniciavam pela identificação, cadastro e avaliação de todos os imóveis rurais situados na área de abrangência da bacia hidráulica da Barragem, seguidos da elaboração do diagnóstico fundiário, o qual consubstanciou a execução da regularização e titulação das posses ou simples ocupações na área atingida.

O levantamento cadastral para fim de indenização foi executado pelo IDACE, assim como o cadastro socioeconômico, nos anos de 1996 e 1997, respectivamente; e nos anos 2001/2002 foram revisados para fim de reassentamento.

Tal procedimento proporcionou o pagamento de todas as indenizações referentes às desapropriações ocorridas, como também possibilitou o recebimento destas por aqueles que não tinham documentação sobre a propriedade das terras ocupadas a qualquer título.

Os processos de análises e enquadramento de beneficiários, identificação, arrecadação e incorporação das áreas devolutas apuradas, foram, em virtude da urgência requerida pelo andamento das obras, simplificados, e seguiram os ritos sumários previstos em lei e exigidos nesses casos.

No Município de Jaguaribara, a área total cadastrada foi de 45.665ha, o número de imóveis cadastrados 636, regularizados 344, área titulada 7.797ha, com 459 famílias beneficiadas.

A avaliação referida há instantes foi procedida por meio de vistorias detalhadas nos imóveis e benfeitorias diretamente atingidos pelas obras da barragem e nos imóveis inseridos na área de construção da nova cidade de Jaguaribara.

As avaliações foram feitas de acordo com o valor de reposição dos bens perdidos, seguindo tabela de valores unitários elaborada pelo DNOCS e aprovada pelo Grupo Multiparticipativo do Castanhão – GM.(Atas de Reuniões da GM)

O procedimento adotado observou a condição de propriedade de cada benfeitoria, independentemente da relação do proprietário desta com o imóvel, pois, nem sempre, o detentor da terra era dono de todas as benfeitorias construídas na sua área. Nesse caso, o proprietário da benfeitoria foi identificado e cadastrado como simples benfeitor para fins do recebimento da respectiva indenização.

Vale ressaltar que, em termos práticos, o envolvimento das comunidades rurais na elaboração e implementação dos programas de reassentamentos apresentou-se bastante difícil, considerando-se que grande parte dessas comunidades possuía níveis muito baixos de instrução e organização e pelo fato de serem historicamente muito dependentes de seus

padrões, apresentando pouca aptidão para tomada de decisões. Com muito esforço, e ajuda de pessoas mais entendidas, o plano de reassentamento do Município de Jaguaribara foi desenvolvido de maneira participativa, mobilizando grande parte da população atingida.

## **5 A ANTIGA E A NOVA JAGUARIBARA**

### **5.1 Cenário Antigo - A Criação do Município de Jaguaribara<sup>2</sup>**

A criação do Município de Jaguaribara contempla sua história datada no final do século XVII, quando foi estabelecida no local uma fazenda para a criação de gado.

Segundo dados do Instituto da Memória do Povo (2001), no ano de 1694, em virtude da grande resistência dos índios ocupantes da área, seus habitantes foram obrigados a se retirarem para as proximidades de Fortaleza, retornando somente muitos anos depois, após vencida a resistência dos indígenas.

Em 1786, o povoado de Santa Rosa constitui-se de um desdobramento desta área, a qual foi transferida, por doação de um dos herdeiros para o patrimônio da Igreja. Com a elevação da condição de vila, Santa Rosa foi inicialmente distrito do Município de Frade, seguidamente chamado de Jaguaretama, em 30 de dezembro de 1943 (Decreto-Lei nº 1113).

Em 31 de outubro de 1824, a Confederação do Equador teve seu desfecho sangrento nas terras da antiga fazenda Santa Rosa, bem próxima ao rio Jaguaribe, onde foi ferido e morto Tristão Gonçalves. Provavelmente o corpo do herói teria sido sepultado na Igreja matriz demolida em 2001, por ocasião da mudança para a nova cidade.

Jaguaribara foi distrito de Jaguaretama até que a Lei nº 3.550, de 09 de março de 1957, deu-lhe o direito de se tornar município. A denominação de Jaguaribara oficializou-se pelo Decreto-Lei nº 1.113, de 30 de dezembro de 1943, sendo uma referência à tribo tupi que povoava a região.

---

<sup>2</sup> Dados retirados do diagnóstico socioeconômico de Jaguaribara. SEBRAE, 2002.



**Figura 01 – Mapa do Ceará, destacando o município de Jaguaribara.**

**Fonte: IPECE, 2003**

Etimologicamente, Jaguaribara significa moradores do rio das Onças. No vale do Jaguaribe, situado no centro-sul do Estado do Ceará, o Município de Jaguaribara localizava-se a 5° 39' 29" de latitude sul e 38° 37' 12" de longitude oeste.

Distando 283 km de Fortaleza, era acessada pela BR 116 e pela CE 262 ligava-se por uma estrada municipal a Jaguaretama, através de uma passagem molhada sobre o rio Jaguaribe, não permitindo o trânsito de veículos durante o período invernos.

Conforme documento Folheto do Centro de Documentação Paróquia/Associação dos Moradores de Jaguaribara, o Município apresentava uma extensão territorial de aproximadamente 731 km<sup>2</sup> e limitava-se ao norte com o Município de Alto Santo, ao leste com o Município de Iracema, ao sul com o Município de Jaguaribe e ao oeste com o Município de Jaguaretama.



**Foto 01 – Vista aérea da antiga sede de Jaguaribara**

Com os demais grupamentos urbanos do Município e da região, a Sede Municipal de Jaguaribara teve como fator determinante para sua localização a proximidade do rio Jaguaribe.

Os solos do Município de Jaguaribara eram predominantemente uniformes, com característica arenosa na superfície. As unidades que compõem o estudo detalhado de solos eram bruno não cálcico, solos litólicos, solos aluviais e podzólicos vermelho-amarelos. Eram solos potencialmente irrigáveis servidos por sistemas de aspersão ou localização, apresentando, porém, deficiências quanto à fertilidade natural, baixa capacidade de retenção de umidade, alta infiltração, acidez e teor elevado de alumínio trocável (DNOCS, 2002).

De conformidade com Silva (1999), até a década de 1940, os meios de transporte eram as tropas de burros ou carros-de-bois, os quais levavam até 14 dias numa viagem de ida e volta ao Cariri, para trazer farinha e rapadura. Na metade da década de 1940, surgiu o primeiro caminhão. E, por volta do ano de 1964, apareceu o primeiro automóvel. No ano de 1956, foi construída a agência dos Correios e Telégrafos. Em 1962, surgiu o primeiro televisor, em preto-e-branco para o espanto e alegria de muitos.

Jaguaribara esteve integrada à ampla rota comercial entre Aracati e Icó, conforme se comprova no diário de anotações de um membro da família Saldanha, datado de 1897/1901, doado por um de seus descendentes aos acervos da Casa da Memória.

A facilidade de abastecimento d'água para a população e a fertilidade de suas margens para o plantio e a criação de animais foram indiscutivelmente elementos relevantes para a formação do núcleo urbano inicial. O processo de ocupação consolidou-se com o passar dos anos em torno de uma área central, que incluía a Igreja Santa Rosa de Lima, a praça Tristão Gonçalves e o Mercado Público. Circundando estes locais, foram abertas avenidas e erigidas as melhores edificações da Cidade. Em sua maioria, eram casas de fazendeiros que as construíram para a família com o intuito de facilitar o acesso dos filhos à escola. Era a área nobre da Cidade, e morar próximo à igreja era um sinal de “*status*”, perseguido por aqueles que desejavam ser transferidos para a nova cidade (Casa da Memória de Jaguaribara). O crescimento populacional observado nas duas décadas subseqüentes à criação do Município induziu à ocupação gradativa das áreas circunvizinhas.



Consoante Silva (1999) indica, era muito comum, na década de 1940, os habitantes de Jaguaribara andarem portando armas de fogo ou faca do tipo peixeira, provavelmente para mostrar o símbolo da masculinidade (cabra-macho), uma tradição da região de Jaguaribe. As brigas eram comuns, seguidas de homicídios por questões banais ou por disputa de terras. A lei que reinava dava privilégios aos mais fortes.

Com o passar dos acontecimentos, o povo sentiu a necessidade de pelo menos amenizar essa situação, já que não havia policiamento destacado na cidade. Porém, às vezes, aparecia uma volante, causando surpresa e um desarmamento total, mas, no dia seguinte, voltava a acontecer tudo outra vez. Diante dessa situação, houve a necessidade de nomear um cidadão do meio e convívio dos jaguaribenses, homem de pulso forte e decisão correta, dando-se ao mesmo poderes e autoridade para manter a lei e a ordem no município. (SILVA, 1999:16).

No ano de 1968, veio o primeiro destacamento policial para Jaguaribara, a fim de melhorar a ordem pública e social. Contava com uma delegacia e um Fórum assistido por um juiz e um promotor. Era uma comarca integrada, pertencente à 72ª zona eleitoral.

As histórias de vida de cada família, as formas simples de executarem as tarefas do dia-a-dia, as diversões e folguedos e, as relações com a natureza eram manifestações culturais que marcavam a presença do homem no espaço jaguaribano.

### 5.1.1 Aspectos Demográficos

Segundo o recenseamento de 1950, Jaguaribara contava então, com um total de 4.118 habitantes, sendo 262 residentes na área urbana e 3856 no meio rural.

Analisando as séries históricas sobre a evolução da população, observa-se que, durante as décadas de 1950 a 1960 e 1960 a 1970, a população de Jaguaribara cresceu a taxas de 64, 1% e 28,9%, respectivamente, atingindo o pique de aproximadamente 9.000 habitantes.

Durante a década de 1970 a 1980, e no período de 1980 a 1991, verifica-se um decréscimo no número de habitantes do Município da ordem de 6,7% e 5,0%,

respectivamente. Tal fato pode ser justificado por corresponderem a este período as primeiras notícias sobre a possibilidade real de construção do açude Castanhão e a conseqüente inundação do Município.

Conforme dados do IPLANCE (1990), o Município de Jaguaribara contava com uma população total de 7.718 habitantes, dos quais 2.878 residiam na zona urbana (37,3%) e 4.840 na zona rural (62,7%) e apresentava uma densidade demográfica de 10,56 hab./km<sup>2</sup>. (Tabela 13)

**TABELA 13 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBARA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ANO 1991</b>
População total	Habitante	7.718
População urbana	“	2.878
População rural	“	4.840
Homens	“	3.841
Mulheres	“	3.877
Densidade demográfica	Hab./km <sup>2</sup>	10,56
PEA total	Hab.	3.395 (1)
Setor primário	Habitante	2.535 (1)
Setor secundário	“	181 (1)
Setor terciário	“	679 (1)

**Fonte: IPLANCE/Informações básicas municipais**

(1) Estimativa do IPLANCE - 1990

Em abril/junho de 2000, essa população foi reduzida para aproximadamente 5.500 habitantes, os que ainda resistiam e aguardavam com um misto de dor e ansiedade a transferência para um novo espaço.

### 5.1.2 Aspectos Econômicos

O Município de Jaguaribara sobrevivia basicamente da agricultura de subsistência. Cultivavam-se feijão, milho, arroz, batata-doce e algodão. Além da agricultura, a

pecuária apresentava um bom nível que contava com médios criadores de bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos, suínos e aves.

O leite e o queijo eram uma fonte de renda considerável na época de bom inverno, em virtude da abundância de pastos. Para sustentar os rebanhos em épocas de pouca chuva, os criadores tinham que se sacrificar e comprar a ração para o seu alimento, mesmo sem nenhum retorno financeiro.

Outra fonte de renda para a população carente era o pescado que o rio Jaguaribe e os açudes ofereciam quase o ano inteiro. O mel de abelha italiana tinha se destacado como uma fonte de renda, chegando a ser vendido em grande quantidade para São Paulo, no ano de 1996.

O artesanato constituía outra boa vertente de renda, destacando-se as redes com varandas de crochê. As artesãs fabricavam colchas, toalhas de ponto-de-marca e bordados, almofadas de todos os formatos, crochê em grandes variedades, dependendo da criatividade de cada uma.

O Município comprava açúcar, farinha de trigo, café, óleo, bebidas, verduras e frutas, medicamentos, tecidos, calçados, produtos de limpeza e beleza, móveis e eletrodomésticos e outros.

O Município vendia oiticica, queijo, manteiga, creme-de-leite, doce-de-leite, manteiga-da-terra, feijão-de-corda, mel de abelha, animais para abate, doces de banana, goiaba e caju, além do pescado artesanal. Outra fonte de renda era dos servidores públicos, entretanto, a maior renda da população provinha das aposentadorias. (FRANCISCO ISAC DA SILVA-IMOPEC- Jaguaribara de Santa Rosa,1999)/Dados dos Reassentados.

### 5.1.3 Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM

O Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM mede o desenvolvimento em que se encontra determinado município, adotando como base quatro grupos de indicadores, segundo a Tabela 15, variando entre 0 a 100.

Segundo dados do SEBRAE (2002), quanto mais próximo do indicador 100, mais desenvolvido o município se apresenta.

**TABELA 14 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDM) E GRUPO DE INDICADORES – JAGUARIBARA, 2000.**

<b>IDM</b>	<b>Valor</b>	<b>Ranking</b>	<b>Classe</b>
Indicadores econômicos e demográficos	22,30	27	3
Indicadores de apoio e infra-estrutura	19,80	131	4
Indicadores sociais	44,49	72	3
Indicadores fundiários e agrícolas	18,26	127	4
Índice Global	25,09	89	3

Fonte: Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE (2000)

O grupo de indicadores sociais atingiu o maior valor 44,49, todavia, o grupo de indicadores econômicos e demográficos foi o que mais se destacou, o qual elevou o Município para a 27ª colocação no ranking estadual.

## 5.2 Cenário Atual - A Nova Jaguaribara após o Castanhão

### 5.2.1 Prenúncios para a Concepção do Novo Município (Barragem do Castanhão)

Conforme descrição da SRH - Secretaria de Recursos Hídricos (1995), os primeiros estudos a respeito do Castanhão foram realizados em 1910, pela IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, visando à escolha de um local vantajoso para a construção de um açude de grande porte na

região do Médio Jaguaribe. Nessa época, houve um engenheiro e geólogo alemão, Roderic Crandall, que identificou o local conhecido como Boqueirão da Cunha, no Município de Alto Santo, o lugar ideal para a construção do açude Castanhão.

Em 1985, o extinto DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento, mediante concorrência pública de âmbito nacional, contratou os estudos e projeto executivo da barragem Castanhão. Com a extinção do DNOS, o empreendimento ficou sob a responsabilidade do DNOCS, com grande experiência em obras de engenharia na região do semi-árido.

Indicadores do DNOCS (1990), dão conta de que a construção do Castanhão representa uma priorização de águas do Ceará, sendo um elemento central na gestão integrada das bacias, tanto no Nordeste, como no Ceará. No contexto do vale do Jaguaribe, ao longo do rio Jaguaribe, no sentido das suas nascentes em direção à sua foz, o Castanhão representa uma opção de represamento e administração das águas, que seguidamente se dispersam no oceano.

Em meados de 1995, houve a licitação para construir a barragem do Castanhão e, somente no dia 16 de novembro de 1995, os serviços de construção foram iniciados consoante a ordem de serviço nº 04/DG/DGO, expedida pela direção do DNOCS.

O DNOCS iniciou a remoção da população do eixo da barragem e foi estabelecido um convênio com o Governo do Estado do Ceará para que fosse realizado o reassentamento da população urbana e todas as outras ações complementares ao barramento. Dentre essas ações complementares, o reassentamento da população urbana ficou a cargo da SDU- Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Assim, o Governo do Estado criou dois instrumentos para viabilizar a participação da sociedade e articular as ações de governo, o primeiro vinculado diretamente à implantação da obra do Castanhão e o segundo com a utilização desse investimento hídrico como indutor de um processo de desenvolvimento.

Para um planejamento eficaz de modo que resultasse na construção de uma nova cidade, o acompanhamento das obras do açude Castanhão, foi fundamental que, em 1995, fosse criado o Grupo de Trabalho Multiparticipativo - GM, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade e dar transparência às ações do Governo. Esse grupo, porta-voz dos anseios da sociedade civil impactada pelas obras, no encaminhamento e controle das suas reivindicações e preocupações, foi constituído por 12 representantes das prefeituras municipais e das comunidades de quatro dos cinco municípios afetados pela construção da Barragem, 04 representantes do Governo Estadual, 01 representante da Assembléia Legislativa e 02 representantes do Governo Federal. As reuniões desse grupo eram abertas e permitiam que qualquer pessoa expusesse suas opiniões e questionasse as propostas em discussão.

Como o Grupo de Trabalho Multiparticipativo - GM, o Comitê de Apoio do Reassentamento e Preservação Ambiental - CARPA também foi criado por um decreto do Governo Estadual. O CARPA é composto por 03 representantes nomeados pelas áreas executiva e legislativa do Município onde a barragem estava sendo construída, 03 representantes da população diretamente afetada pela construção da barragem e 03 representantes da SRH, inclusive COGERH e SOHIDRA. As reuniões do CARPA eram realizadas todos os meses para deliberar sobre assuntos relacionados com o reassentamento, indenização de propriedades não permutadas e outras questões ligadas à construção da Barragem e obras de infra-estrutura hidráulica e correlatas. O CARPA geralmente restringia sua finalidade a questões diretamente relacionadas com o reassentamento e com o próprio projeto.

Visando a promover e garantir o desenvolvimento sustentável e integrado das áreas de influência do açude Castanhão, compreendendo a área territorial que envolve o seu entorno e demais áreas de interesse afins, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional do Castanhão - GTI. O papel do GTI foi o de coordenar, de forma articulada e integrada, no âmbito do Governo do Estado, a elaboração e a implementação dos seguintes planos:

- Plano de Desenvolvimento das Áreas de Influência do Açude Castanhão;
- Plano de Estruturação Econômica de Nova Jaguaribara; e

- Plano de Reassentamento da População Rural e Urbana, afetada diretamente pela implantação do Açude Castanhão.

O GTI, composto pelos titulares da SEPLAN, SRH, SDR, SEGOV, SETAS, SEDUC, SETUR, SEINFRA, SEAGRI, SESA, SDE e SECITECE, contava com o apoio técnico da Secretaria Executiva, cujas principais atribuições eram adotar medidas para viabilizar a elaboração dos planos de desenvolvimento, estruturação econômica e reassentamento da população e monitorar e avaliar a implantação das ações definidas nos planos. Para dar operacionalidade às decisões do GTI, foi criado, sob a coordenação da Secretaria Executiva, um GTA - Grupo Técnico de Articulação constituído de representantes de cada órgão integrante do GTI e por um delegado do IDACE.

Segundo dados da SRH (1995), o tamanho do reservatório foi objeto de muitos estudos, teses, seminários, discussões e audiências públicas. Assim sendo, o tamanho do lago a ser formado pelo Castanhão teve a pretensão de propiciar benefícios positivos para a população econômica do Ceará e, sobretudo, para os habitantes da região.

Segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além da possível obra receptora de águas da transposição do rio São Francisco, o açude Castanhão deverá atender as seguintes metas: 1) desenvolvimento hidroagrícola, viabilizando a irrigação de 43.000ha de terras férteis gerando 94.500 empregos permanentes, buscando reduzir os índices de pobreza; 2) produção de 3.800 toneladas/ano de pescado, absorvendo a mão de obra de 2.300 famílias na captura e distribuição do produto proporcionando alimento para 21.000 pessoas/dia, expandindo as oportunidades de emprego e renda; 3) abastecimento de água das populações ribeirinhas, mediante a perenização do rio Jaguaribe, e suporte ao abastecimento hídrico da Região Metropolitana de Fortaleza; 4) controle das cheias do baixo Jaguaribe, fator indispensável para o desenvolvimento sócio-econômico dessa região do Estado; 5) aproveitamento hidroelétrico através de uma usina geradora com uma potência instalada de cerca de 22,5mw; e 6) desenvolvimento turístico, com infra-estrutura de lazer, recreação e esportes considerando-se que o açude fica próximo a BR-116, portanto, com acesso fácil a toda a população da Nova Jaguaribara e a 250km de Fortaleza.

Em reunião do Grupo de Trabalho Multiparticipativo, realizada em 12 de setembro de 1995, foi dado o passo decisivo para a formação de uma equipe composta por dois arquitetos e uma socióloga, com a missão de iniciar os contatos com a comunidade atingida e esboçar a primeira proposta urbanística, para a criação do novo Município de Jaguaribara.

No início dos trabalhos houve muita resistência por parte da comunidade às atividades da equipe, porque quem iniciou o trabalho do reassentamento da população urbana alguns anos atrás foi o DNOCS e o fez de uma maneira muito infeliz, por ter apresentado uma proposta urbanística que foi fortemente rejeitada, tanto por ter sido elaborada unilateralmente, quanto pela natural resistência da população a sair do seu local de origem, por motivos alheios a sua vontade. A equipe sentiu toda a resistência e a primeira providência foi conhecer o local onde presumivelmente seria a sede do novo Município de Jaguaribara. No local, havia um grupo de pessoas bem informado, pois eles sabiam da experiência do reassentamento da população atingida por barragem que tinha acontecido no Brasil inteiro e até no Exterior. E todas essas experiências tinham sido negativas do ponto de vista da população atingida pelas barragens, onde o interesse pela construção do reservatório superava as questões sociais.

A definição da área para edificação da nova Cidade ocorreu após uma série de debates e discussões envolvendo a população dos municípios a serem atingidos, o Grupo de Trabalho Multiparticipativo, a equipe dos arquitetos e socióloga e outras autoridades. A escolha recaiu em uma das seis propostas apreciadas para localização da nova sede do Município pelas seguintes vantagens: solos sedimentares altos, protegidos das cheias do rio Jaguaribe; não apresentar problemas de drenagem e ter uma visão privilegiada do lago a ser formado pela Barragem; solos irrigáveis, propiciando fortalecimento da economia do Município.

A barragem do Castanhão foi construída no período de 1995 a 2002 e inaugurada oficialmente em dezembro de 2003 (DIÁRIO DO NORDESTE, 30/08/2007).



Uma das inovações na implantação do Castanhão consistiu em respeitar integralmente a cidadania das pessoas afetadas pelo empreendimento, criando instrumentos que proporcionaram a participação efetiva da população nas decisões tomadas.

Outro requisito para dar eficácia aos esforços foi a integração e a articulação entre as ações e órgãos nos diferentes níveis de governo, várias instituições ligadas a uma mesma instância administrativa e agentes não governamentais.

O açude Castanhão representa um empreendimento similar a outras dezenas de barragens construídas no semi-árido nordestino. No próprio vale do Jaguaribe, existem o açude do Orós, com 1,9 bilhão de metros cúbicos, o Banabuiú com 1,8 bilhão de metros cúbicos, o Pedras Brancas, com 434 milhões de metros cúbicos e inúmeras outras barragens de pequeno porte que, somados aos milhares de pequenos e médios açudes privados, servem de sustentação às atividades produtivas e abastecem a população.

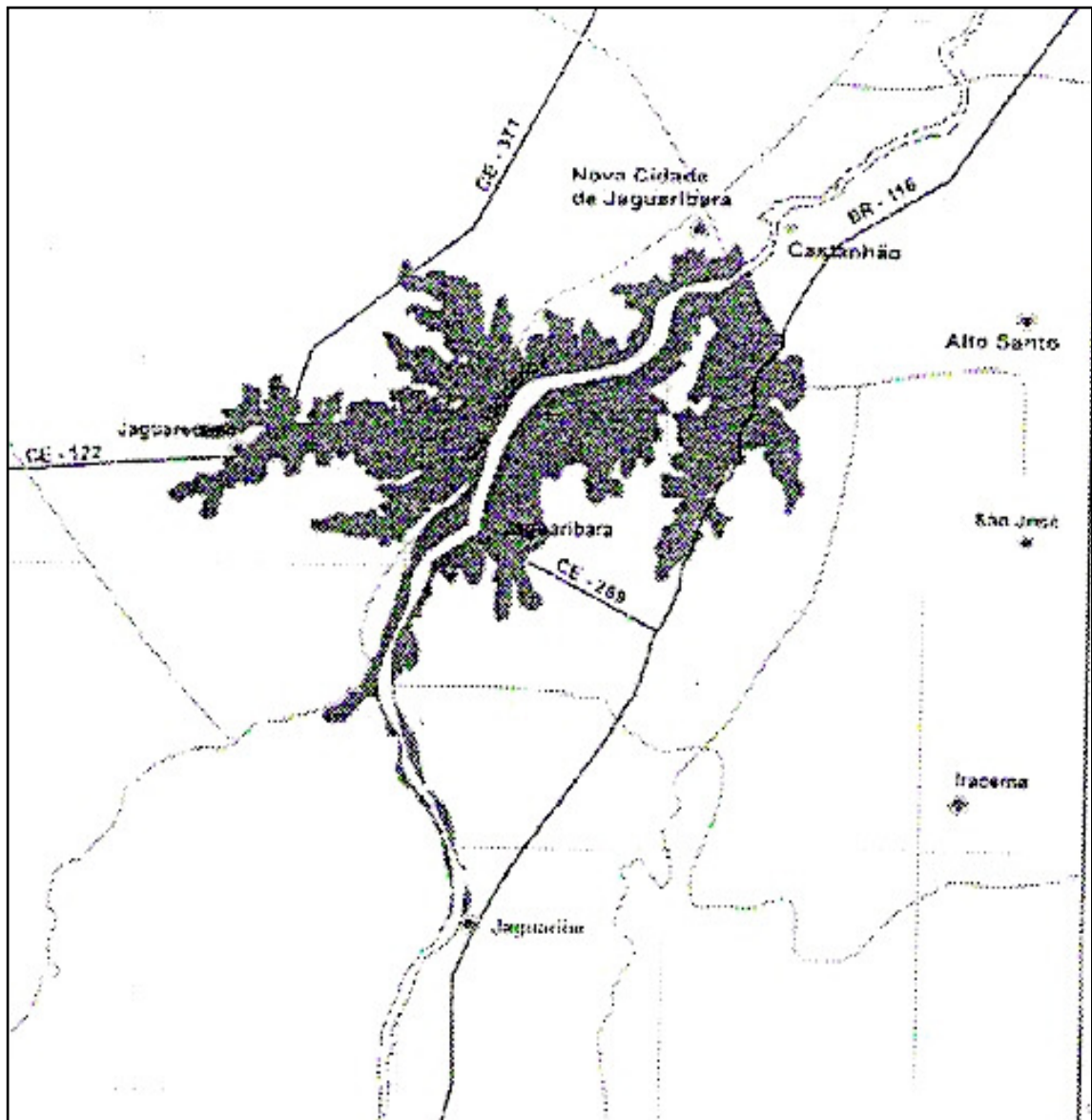
A barragem do Castanhão teve sua construção na bacia hidrográfica do baixo e médio Jaguaribe formada pelos Municípios de Alto Santo, Jaguaruana, Jaguaretama, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Russas, Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Iracema e, para permitir a sua implantação foi necessária a construção de outra cidade para reassentar os moradores de Jaguaribara e do Distrito de Poço Comprido, que ficaram submersas pelas águas do Açude.

O açude Castanhão, como obra de engenharia, apresenta as características a seguir reproduzidas.

- Uma barragem mista de terra e concreto compactado rolo – CCR com as seguintes dimensões:
- altura máxima de 60 metros;
- comprimento na parte superior (ou “crista”) de 3.400 metros;
- extensão do trecho em C.C.R. De 640m e um volume de 943.127,49m<sup>3</sup> de concreto compactado a rolo – C.C.R;
- extensão do trecho de terra do maciço principal de 2.760m e um volume de solos de 4.244.954,25m<sup>3</sup>;

- nove diques auxiliares, com 4205 metros de comprimento e 427 mil metros cúbicos de volume de terra; e
- um lago artificial com as seguintes dimensões:
  - 48 quilômetros de comprimento na sua maior extensão;
  - área inundada de 32.500 hectares na cota 100, de operação normal;
  - área inundada de 60.000 hectares na cota da cheia máxima provável;
  - volume “morto” de 250 milhões de metros cúbicos;
  - volume útil de 4,2 bilhões de metros cúbicos (cota 100);
  - volume extra de 2,3 bilhões de metros cúbicos, entre as cotas 100 e 106, para controle de cheias; e
  - volume máximo de 6,7 bilhões de metros cúbicos (cota 106).

**Fonte: SRH-Folheto: Contribuição da Barragem Castanhão para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará,2000.**



**Figura 02 – Mapa do Açude Castanhão - Jaguaribara**

**Fonte: IPLANCE, 2000.**

Em 23/12/2002, o açude Castanhão iniciou a sua operação e, em 27.02.2004, ocorreu a primeira sangria por meio da abertura das comportas.



**Foto 2 - Barragem do Castanhão**



**Foto 3 – Aspecto do Manancial d'Água**



**Foto 4 – Sangramento da Barragem**

De conformidade com os dados estatísticos da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Ceará – SEPLAN (2000), a criação de um projeto dessa grandeza permitiu a reestruturação econômica e espacial de toda a região com um forte processo de desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Regional do Baixo Jaguaribe projetou linhas de desenvolvimento econômico e social visando a

- criar uma nova cidade para o estabelecimento da população de Jaguaribara;
- a desenhar o futuro da região, em função do diagnóstico das potencialidades e debilidades que caracterizam as oportunidades mobilizadoras de mudança;
- apoiar o desenvolvimento de uma cultura de autogestão e a implementação de um processo de planejamento regional, estruturados numa ponderada verificação das conseqüências futuras de cada ação e dos processos para a respectiva realização;
- contribuir para o desenvolvimento de acordos entre municípios e os diversos agentes e instituições que intervêm na vida da região, estimulando a comunicação e a participação, articulando interesses divergentes numa ótica de benefício coletivo; e
- dotar os municípios de infra-estrutura de caráter regional que permita sua integração espacial e facilite a acessibilidade entre os núcleos urbanos e a sede regional, principalmente no que se refere aos serviços públicos municipais e que sirvam de suporte à consolidação das atividades econômicas estratégicas.

### 5.2.2 Generalidades

A nova cidade de Jaguaribara foi construída com o objetivo de substituir a antiga sede do Município a ser inundada pelas águas da barragem do açude Castanhão. A mudança da população, segundo o Plano de Reassentamento da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA, foi permeada pela resistência da população que, primeiramente, não concordava com o projeto e tentava encontrar uma forma de resistir à imposição do Poder Público por meio da criação da Associação dos Moradores de Jaguaribara.<sup>3</sup> Dessa maneira, a população de

---

<sup>3</sup> Segundo o IMOPEC, a Associação dos Moradores foi fundada em 21 de agosto de 1989, e resultou de um longo processo de organização iniciado em 1985, quando foi anunciada a construção do açude Castanhão, no

Jaguaribara pôde expressar as suas angústias, opiniões e expectativas em relação àquela obra e seus impactos. A Associação dos Moradores representava para a população um veículo de comunicação e de luta direta com os empreendedores da obra, embora a decisão final ficasse sob a responsabilidade do Poder Público. Foram longas e cansativas reuniões técnicas, mas o povo do então Município de Jaguaribara não abriu mão de participar das decisões. Para a construção da nova cidade foi um trabalho conjunto. Jaguaribara nasceu com água tratada, esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação integral em paralelepípedo.

A localização da nova cidade de Jaguaribara à margem direita do rio Jaguaribe e ao lado esquerdo da Barragem e com vista direta para o lago, teve a sua definição resultante de estudos de opções locais desenvolvidas por técnicos do DNOCS, os quais efetuaram um balanço das condições de várias áreas consideradas adequadas para a construção de uma cidade planejada, e da decisão da população diretamente afetada.

A mudança da população para a Nova Jaguaribara teve início com a transferência da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Centro de Saúde e igrejas. Estas edificações foram plenamente capacitadas para funcionar por ocasião da solenidade de inauguração da nova Cidade, no dia 25 de setembro de 2001.

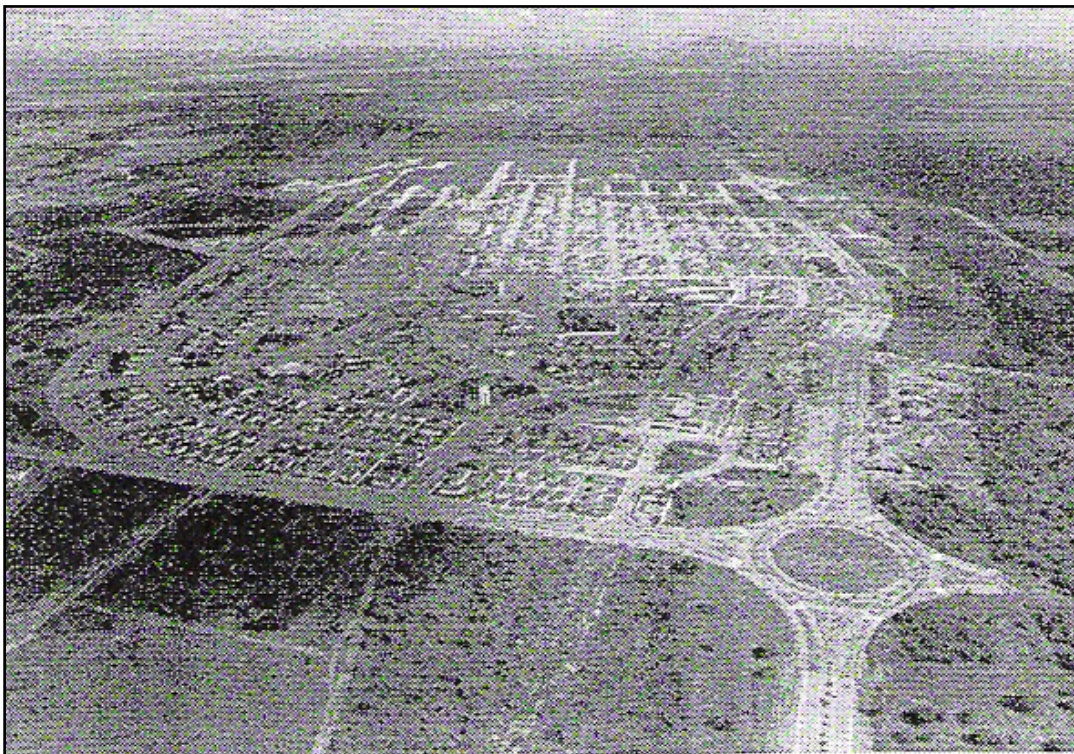
Também foram transferidos, em seguida, o mercado público, o hospital municipal Santa Rosa de Lima e a delegacia, para garantirem, respectivamente, o abastecimento, assistência médica e segurança a todas as famílias que forem chegando a Nova Jaguaribara.

Conforme dados da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINFRA, foram reassentados no novo Município de Jaguaribara 1.366 famílias. Partindo do princípio que foram edificadas 800 unidades residenciais na área urbana do Município e estimando-se 5 pessoas por residência, conclui-se que 4.000 pessoas foram reassentadas na zona urbana e o restante 433 famílias distribuídas nos 03 Projetos de Irrigação Alagamar, Curupati e Mandacaru, somadas a 133 famílias do Projeto Curupati Peixe na zona rural na mesma proporção (05 pessoas residentes por unidade habitacional), totalizando 6.830 pessoas

reassentadas em todo o Município, observando-se que a população do Distrito de Poço Comprido optou por morar na Sede do Município.

O desmonte do cemitério foi devidamente efetuado com o traslado dos restos mortais por meio de uma empresa especializada e contratada pela SEINFRA em 20 de setembro, concluindo-se no dia 11 de outubro de 2001, encerrando assim a etapa mais dolorosa desse longo processo de 16 anos.

A Casa da Memória mudou-se para a nova cidade de Jaguaribara no dia 1º de agosto de 2001, dando continuidade ao projeto de manutenção das memórias das famílias do Município, que já não existe. Novas peças estão sendo incorporadas ao acervo: placas das ruas, pedaços de pintura interna de casas e de fachada da igreja matriz, uma pia batismal relembra a vida outrora existente as margens do rio Jaguaribe. Antes de ocupar seu espaço definitivo, a Casa da Memória se prepara para receber os visitantes de toda a vizinhança e de lugares mais distantes que chegam ansiosos por conferir as alardeadas benesses governamentais.



**Foto 05 – Vista aérea da nova sede de Jaguaribara**

A definição do espaço urbano reflete uma trajetória observada sobre todos os aspectos para a sua formação, autonomia e consciência da população sobre as necessidades de construir a cidade como local de conhecimento e convivência humana.

Foram considerados as condições geológicas, o tipo de relevo, as características dos solos, a disponibilidade dos recursos hídricos e o potencial de desenvolvimento econômico, como os principais elementos direcionadores, buscando-se a alternativa que viabilizasse o nascimento de uma cidade ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável.

A análise das condições topográficas do terreno identificou a localização considerada ideal para a nova cidade, por ter um excelente visual do lago, da barragem e do rio Jaguaribe, facilitando, portanto, o acesso da população a estes locais e o desenvolvimento da atividade turística. Também os projetos de irrigação Curupati, Curupati Peixe, Alagamar e Mandacaru, todos situados nas vizinhanças urbanas, aumentam a possibilidade de incorporação das vantagens advindas da exploração hidroagrícola do chapadão. (SDU - Nova Jaguaribara Versão Preliminar, 1996)

Como o terreno é elevado, não existe risco de inundação, por estar situado numa área com 148 metros de altitude, estendendo-se pelo chapadão até a cota 106 e englobando uma área total urbana de 4,2km<sup>2</sup>.

A área total do antigo Município de Jaguaribara era de 731km<sup>2</sup>. Com a contemplação das áreas doadas pelos municípios vizinhos, Alto Santo, Jaguaretama e Morada Nova, o Município de Nova Jaguaribara, com o Distrito de Poço Comprido, transformado em bairro, teve aumentada a sua área total para 809,90km<sup>2</sup>. A doação dessas terras foi definida em virtude da quase totalidade das terras do Município de Jaguaribara ser inundadas com a construção do açude Castanhão, conforme se pode ver no quadro seguinte.



**QUADRO 01 - MUNICÍPIOS ATINGIDOS**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>PERCENTUAL ATINGIDO</b>
Jaguaribara	64,46% da área
Jaguaretama	25,20% da área
Jaguaribe	5,95% da área
Alto Santo	4,37% da área
Iracema	0,02% da área

**FONTE:** Centro de documentação paroquial. Associação dos Moradores de Jaguaribara, abril/2005.

Do ponto de vista do impacto da mudança sobre a população reassentada, atentou-se para a estreita relação mantida entre os habitantes dos núcleos urbanos e o rio Jaguaribe. Nascidos à margem deste importante curso d'água, os moradores de Jaguaribara, tanto da Sede como do Distrito do Poço Comprido, habituaram-se a ter no rio seu principal espaço de lazer, o norteador de todas as atividades econômicas. Aproximar a população do rio, porém de forma segura, se tornou uma condicionante fundamental. (Revista Raízes,2000)

No tocante à participação da população de Jaguaribara, faz-se necessário mencionar a criação da Casa da Memória, fundada em 1989, com o apoio do IMOPEC. Esta casa tem como objetivo principal resguardar a memória do jaguaribarense por meio de documentos, do registro e da preservação dos objetos simbólicos que identificam a cultura do povo dali.

O novo Município de Jaguaribara, inaugurado em 25 de setembro de 2001, está sob a proteção de Santa Rosa de Lima e São Gonçalo, padroeiros do Município.

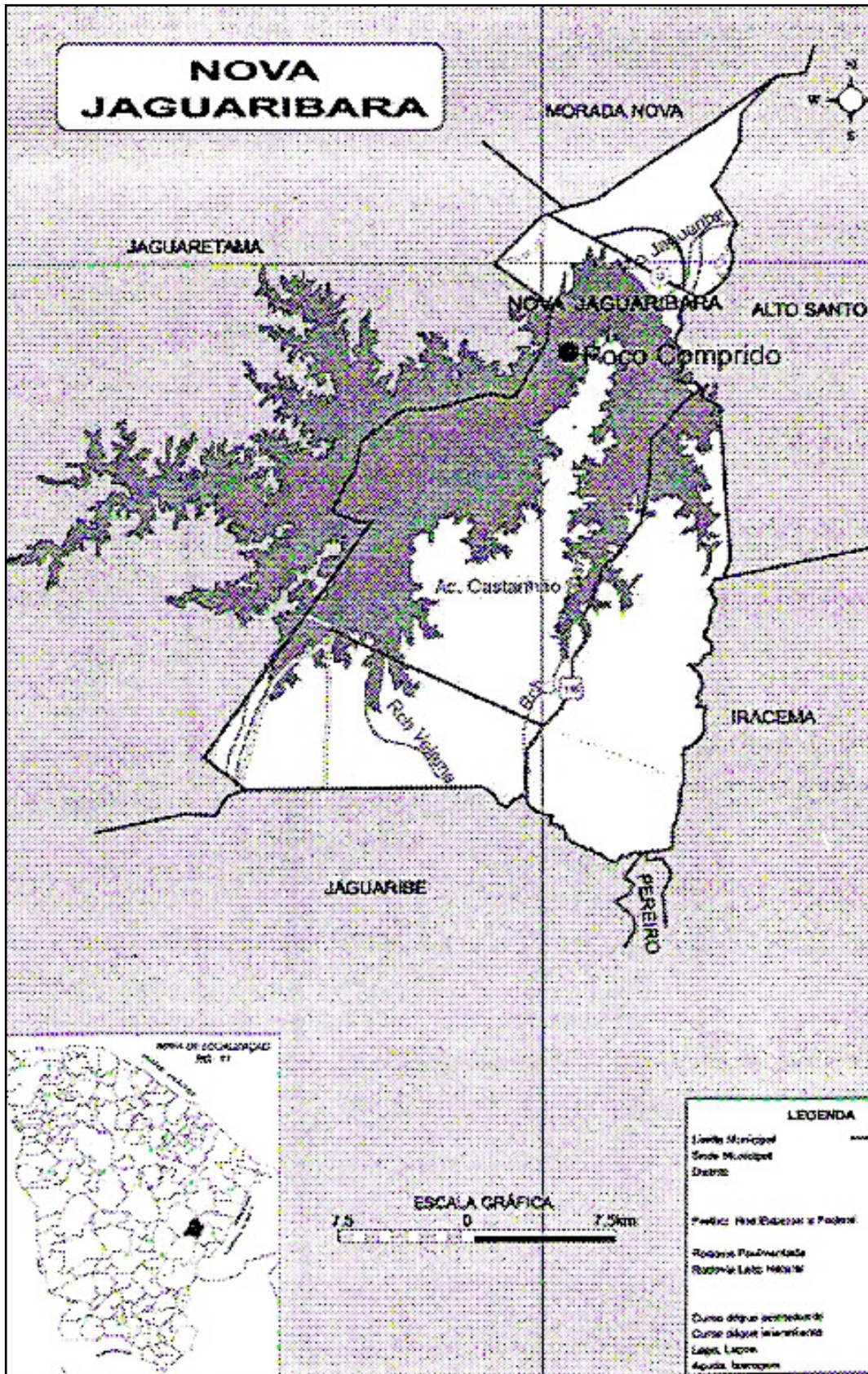


Figura 03 – Mapa do Novo Município de Jaguaribara  
 Fonte: IPECE, 2000.

A etapa final do deslocamento involuntário da população de Jaguaribara para a nova Cidade foi definida com a romaria que acompanhou os padroeiros do Município no dia 26 de julho de 2001. No dia 31 de julho, começou a mudança das famílias, finalizando no mês de setembro de 2001.

A Nova Jaguaribara em relação a antiga ganhou um Liceu de Artes, um terminal rodoviário, uma vila olímpica, um fórum, um centro vocacional, uma casa do cidadão (com postos da COELCE, OAB-CE, IDT, loteria, cartório, SETUR, correios, INSS e DETRAN). A nova cidade conta ainda com doze praças e um cemitério moderno e amplo, com área completa de estacionamento. Trata-se de cidade que nasceu horizontalmente, mas poderá se expandir com a construção de prédios, nos próximos 20 a 30 anos (DN 08/03/2002)<sup>4</sup>.

A nova cidade de Jaguaribara foi idealizada e dimensionada visando a curto prazo proporcionar significativas melhorias na qualidade de vida da população urbana atingida pelas obras da barragem do Castanhão.

### 5.2.3 Aspectos Geográficos

#### **Geologia/Geomorfologia**

A área do novo Município de Jaguaribara está representada por três unidades morfológicas:

- planície fluvial - são áreas sedimentadas, planas, que margeiam longitudinalmente as calhas fluviais dos rios, eventualmente sujeitas a inundações periódicas. As planícies fluviais constituem-se de areias, cascalhos e argilas e possuem geralmente espessuras reduzidas, com cifras superiores a 30 metros do leito do Rio Jaguaribe;

---

<sup>4</sup> Jornal Diário do Nordeste – DN. Cidade foi projetada para atender 75 mil habitantes. Fortaleza 08/03/2002.

- planalto sedimentar - corresponde a depósitos aluviais. Essa formação margeia os vales do rio Jaguaribe, formando tabuleiros assentados discordantemente sobre o cristalino; e
- depressão sertaneja - áreas de formas geralmente filonares, constituídas de rochas cristalinas antigas do Pré-Cambriano, com seus contatos sendo sempre marcados por uma discordância angular e erosiva bem pronunciada. Os solos ora são de caráter argiloso, ora arenoso, e a vegetação de caatinga apresenta também nuances que traduzem este aspecto tradicional.

### Relevo

Resultante da combinação dos aspectos geológicos estruturais e dos processos de erosão atuais e subatuais, o relevo da área apresenta-se plano e suave ondulado, com cotas que variam entre 110 e 150 metros. A morfologia da área é composta por formas dissecadas com fraco entalhe da drenagem. A delimitação com os terrenos do cristalino, que margeiam o tabuleiro, é marcada, geralmente, por desníveis acentuados.

### Recursos Hídricos

A rede hidrográfica teve como principal componente o rio Jaguaribe, o qual foi inundado nas proximidades da área, podendo ir até uma cota máxima de 110 metros, para o represamento do açude Castanhão.

#### QUADRO 02 - VOLUMES EM DIVERSAS COTAS DA BARRAGEM CASTANHÃO

COTAS	VOLUME D'ÁGUA ACUMULADO
Cota do leito do rio = 51	-
Cota da soleira do sangradouro = 95	3 bilhões/m <sup>3</sup>
Cota de otimização do volume regularizado pelo Castanhão = 100	4,4 bilhões/m <sup>3</sup>
Cota máxima do plano d'água (cheia centenária) com comportas totalmente fechadas = 106	6,7 bilhões/m <sup>3</sup>
Cota do coroamento da barragem = 111	-

Fonte: Secretaria dos Recursos Hídricos, 2000.

O rio Jaguaribe e o açude Castanhão constituem os principais recursos hídricos superficiais da área.

## Clima

O clima da região é característico do semi-árido nordestino e classificado como do tipo tropical quente e de seca atenuada. O regime pluviométrico da área é marcadamente irregular, com freqüentes períodos de estiagem e com precipitação média anual de 600mm, apresentando os índices mais elevados nos primeiros cinco meses do ano.

O regime térmico é marcado por temperaturas, com média anual em torno de 27°C e variações mínimas. A umidade relativa do ar fica em torno de 67,5%, em média, com os maiores valores no mês de março e os menores em setembro.

Os ventos nordeste apresentam-se na 1ª predominância, enquanto os ventos leste na 2ª predominância, com velocidades médias fracas, inferiores a 5,0m/s. Merece destaque a ocorrência de ventilação mar-terra que acompanha o curso do rio Jaguaribe, percorrendo todo o vale desde o entardecer.

**TABELA 15 – DADOS CLIMATOLÓGICOS (MÉDIA)**

PARÂMETROS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Precipitação (mm)	78,7	112,8	24,5	186,7	115,7	70,6	33,8	11,6	9,5	4,4	5,0	29,0
Umidade relativa(%)	65,8	72,2	80,3	79,5	75,0	73,7	67,6	61,4	57,5	58,0	58,3	61,4
Temp. média(°C)	26,9	27,3	26,7	26,6	26,7	26,0	26,0	26,0	27,6	27,9	28,4	28,3

Fonte: FUNCEME – período analisado: 1961 a 1990.

#### 5.2.4 Aspectos Econômicos

Dentre as perspectivas de desenvolvimento econômico do novo Município de Jaguaribara, destaca-se o incremento prioritário das ações planejadas pelas autoridades governamentais responsáveis, as quais deveriam se viabilizar com a construção do açude Castanhão e o deslocamento involuntário da população da antiga Jaguaribara para o novo Município.

Essas ações, a seguir mencionadas, propiciarão ofertas de geração de emprego e renda para os reassentados rurais e urbanos.

1)Projeto de Agricultura irrigada:

- Projeto de Irrigação Curupati com 149 famílias reassentadas.
- Projeto de Irrigação/Pecuária Mandacaru, com 170 famílias reassentadas.
- Projeto de Irrigação Alagamar com 114 famílias reassentadas.

Previsão média de renda: 2 a 3 salários mínimos por família.

2)Projeto do Curupati Peixe, com 133 famílias reassentadas.

Previsão média de 2 a 2,5 salários mínimo/família.

3)Pequenas unidades industriais.

Previsão de oferta de emprego e renda para parte da população urbana

4)Artesanato

Previsão de oferta de emprego e renda para a população rural e urbana.

5)Turismo

Previsão de oferta de emprego e renda para parte da população urbana.

### 5.2.5. Aspectos Urbanísticos

A definição do espaço urbano reflete uma trajetória observada acerca de todos os aspectos para a sua formulação, autonomia e consciência da população sobre as necessidades de construir a nova cidade como local de conhecimento e convivência humana.

As referidas formulações estão baseadas na sua configuração geográfica no contexto ambiental e, nesse sentido, sua ocupação plena se faz segundo a análise dos aspectos econômicos e sociais, numa perspectiva humanística sobre o uso da terra pelo homem.

A cidade de Nova Jaguaribara, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU (1996), nasce no cruzamento da principal via de acesso para a BR 116, com a via de acesso para o lago. Outras duas vias de penetração delimitam o espaço central, considerado como núcleo inicial de ocupação, no qual está inserido o marco histórico da nova cidade – o parque Tristão Gonçalves.

O comércio atacadista foi localizado no lado norte da Cidade, à margem da via estruturante que liga a rodovia de acesso à Cidade, procedente da BR 116, com a CE 371. Esta localização facilita o abastecimento destes estabelecimentos, melhorando o tráfego nas áreas mais densamente povoadas com o trânsito pesado.

As áreas de preservação ambiental protegem toda a encosta do chapadão voltada para o lago: o rio Jaguaribe e os demais recursos hídricos formam um cinturão verde que circunda todo o perímetro urbano. As áreas de lazer permeiam toda a Cidade e voltam-se preferencialmente na direção do lago.

O sistema viário básico é composto hierarquicamente pelas vias estruturais que induzem o desenvolvimento da Cidade no sentido em que se propõe o crescimento. As vias coletoras foram definidas de 400 em 400 metros, na direção sudeste/noroeste, e de 500 em 500 metros na direção nordeste/sudoeste, obedecendo a direção dos ventos.

A sistemática de levantamento da área urbana da Nova Jaguaribara permitiu identificar as relações de vizinhança estabelecidas entre seus habitantes e sua importância desta em sua rotina diária, com o objetivo de estreitar ainda mais os laços de amizades cultivadas da antiga cidade.

Assim sendo, na transposição dos lotes, foi obedecido, na medida do possível, o mesmo padrão estabelecido. Outro fator considerado foi a proximidade das unidades de uso residencial com os equipamentos públicos e com a área comercial.

Torna-se necessário, porém, mencionar que, se tratando de uma cidade planejada dentro dos critérios rígidos de justiça social, foram superadas algumas diferenciações identificadas no local de origem. Portanto, a população de menor poder aquisitivo, que se encontrava relegada a áreas insalubres, tais como às margens do rio, sofrendo periodicamente os efeitos das cheias do Jaguaribe, e relativamente afastada dos equipamentos sociais básicos, tais como escolas, creches e unidades de saúde, foi significativamente beneficiadas no processo de relocação.

Seguindo as orientações do Plano Urbanístico, foram elaborados 15 projetos arquitetônicos para as unidades de uso residenciais a serem permutadas. O tamanho do imóvel a ser construído na Nova Jaguaribara foi condicionado à dimensão do existente na área de origem.

Com efeito, de acordo com orientações dos técnicos que elaboraram o Plano Urbanístico, estes imóveis foram divididos em cinco categorias:

- a)imóveis com área construída até 50,00m<sup>2</sup> ou de qualquer dimensão, quando construídos em taipa, teriam direito a permuta por um imóvel de 50,00m<sup>2</sup>;
- b)imóveis com área construída entre 50,0m<sup>2</sup> e 75,00m<sup>2</sup> teriam direito a permuta por um imóvel de 75,00m<sup>2</sup>;
- c)imóveis com área construída entre 75,00 m<sup>2</sup> e 100,00m<sup>2</sup> teriam direito a permuta por um imóvel de 100,00m<sup>2</sup>;



- d) imóveis com área construída entre 100,00m<sup>2</sup> e 125,00m<sup>2</sup> teriam direito a permuta por um imóvel de 125,00m<sup>2</sup>;
- e) imóveis com área construída acima de 125,00m<sup>2</sup> teriam direito a permuta por um imóvel de 150,00m<sup>2</sup>. Aos proprietários desta categoria que possuíam imóveis com área superior a 150,00m<sup>2</sup>, foi garantida a indenização pela área excedente.

As famílias residentes em imóveis próprios com área edificada inferior a 150m<sup>2</sup>, que optaram pela residência na nova Cidade, receberam lote ou casa com área igual à ocupada no local de origem.

As famílias residentes em imóveis próprios, de qualquer dimensão, que optaram por morar na nova cidade e não aceitaram as tipologias ou projetos propostos, receberam lote com dimensão igual ao ocupado no local de origem com as devidas indenizações pelas edificações, ficando a construção da nova habitação sob sua inteira responsabilidade. As famílias residentes em imóveis próprios que optaram por morar em outra área foram indenizadas pelo lote ou casa, recebendo auxílio mudança.

As famílias residentes em imóveis cedidos ou alugados que optaram por habitar na nova Cidade, sem renda suficiente para adquirir um imóvel dentro das tipologias propostas, foram integradas em um programa especial para aquisição da casa própria, subsidiado pelo Governo do Estado do Ceará ou pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Àqueles que optaram pelo sistema de permuta tiveram a oportunidade de escolher entre três projetos arquitetônicos apresentados para cada tamanho de imóvel. Este sistema adotado garantiu aos proprietários o acesso a casas levantadas dentro dos mais rigorosos critérios técnicos e dotados de todos os itens necessários para uma vida confortável, podendo ser reformadas, conforme os espaços existentes.

Os proprietários de estabelecimentos comerciais/prestação de serviços que optaram pela relocação na nova cidade, e não aceitaram os projetos propostos para esta

tipologia de uso, receberam lote com área igual à ocupada no local de origem e receberam indenizações pelas benfeitorias, ficando a construção do novo estabelecimento sob sua responsabilidade.

No caso dos proprietários de estabelecimentos comerciais/prestação de serviços que optaram pela relocação em outra área, estes foram indenizados pelo lote/benfeitorias e receberam auxílio mudança. As pessoas que desenvolviam atividades comerciais em imóveis cedidos ou alugados e que optaram pela relocação na Nova Jaguaribara, dispendo de renda suficiente para adquirir um imóvel, foram integradas a uma linha de financiamento.

No que se refere aos imóveis de uso institucional, de propriedade do Município, Estado ou União, ou ainda instituições religiosas, continuam em aberto as permutas por edificações na nova Cidade, as quais constantemente são negociadas com a população e seus representantes, conforme cada uma das normas dos projetos propostos.

A nova cidade de Jaguaribara dispõe de edificações de uso residencial, misto e comercial, visando ao atendimento das necessidades da população, assim distribuídas: Área residencial: 800 edificações; Área comercial: 128 edificações; Área institucional composta por 03 escolas, 03 creches, 01 hospital com 30 leitos, 01 posto de saúde, 01 delegacia/cadeia pública, 01 fórum, 01 terminal rodoviário, 01 reservatório elevado d'água, 01 vila olímpica, 01 estação de captação e tratamento d'água, 01 estação de tratamento de esgotos, 01 aterro sanitário, 02 igrejas católicas (Igreja Matriz Santa Rosa de Lima e São Vicente Férrer), 01 igreja evangélica, 01 cemitério parque, 01 clube, 01 parque de vaquejada, 01 centro administrativo/Prefeitura, 01 Câmara de Vereadores, 01 central de serviços públicos (CASA DO CIDADÃO:CAGECE, COELCE, LOTERIA, IDT, PISCICULTURA, SETUR, CARTÓRIO, DETRAN); 01 central de associações/sindicatos; 01 matadouro; e 01 mercado público.

De acordo com o projeto apresentado pelo Plano Urbanístico, todas estas edificações foram implantadas em lotes com afastamentos que possibilitam circulação de ar e

iluminação natural, instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias. As ruas e avenidas, todas em paralelepípedos, são bastantes largas.



**Foto 06 – Ruas e Avenidas em paralelepípedos**



**Foto 07– Outra avenida, em paralelepípedos**



**Foto 08 – Vista de uma larga avenida, bem no centro da Cidade, observando-se no fundo a igreja matriz.**



**Foto 09 – Vista de outra avenida mais distante do centro, dando a idéia de que em toda Cidade as ruas e avenidas foram projetadas para o futuro.**



**Foto 10 – Edificação residencial em reforma.**



Foto 11 – Escola Fundamental Humberto Alencar

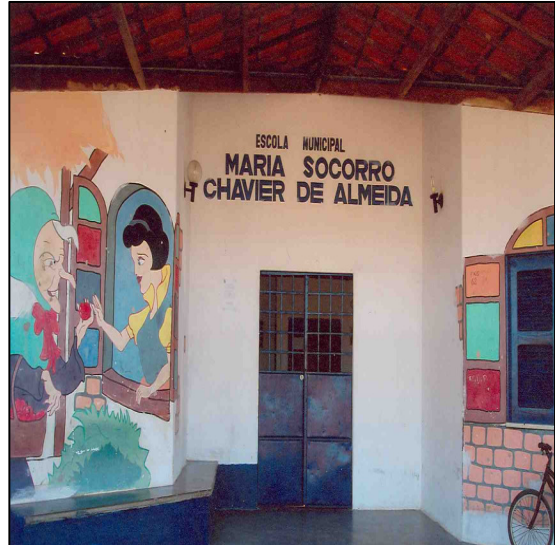


Foto 12 – Escola Municipal Maria Socorro Xavier de Almeida(Projeto Mandacaru)



Foto 13 – Liceu José Furtado de Macedo



Foto 14 – Creche Meu Cantinho



Foto 15 – Casa de Saúde de Jaguaribara



Foto 16 – Vila Olímpica de Jaguaribara



Foto 17 – Igreja Matriz Santa Rosa de Lima



Foto 18 – Igreja São Vicente Férrer



Foto 19 – Centro Administrativo Porcino Maia (Prefeitura Municipal)



Foto 20 – Câmara Municipal de Jaguaribara



Foto 21 – Casa do Cidadão



Foto 22 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaribara

## 6 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

### 6.1 Histórico

O trabalho ocupa na vida um papel de fundamental importância, sendo essencial para a sobrevivência das pessoas e da sociedade, por tornar possível a satisfação de necessidades básicas. Mediante o trabalho, canalizando energia e inteligência, o ser humano alcançou o bem-estar material, encontrando, ainda, uma via de expressar-se além do concreto, por meio da cultura. Ao falar de trabalho em seu sentido comum, percebe-se que o termo pode adquirir diversos significados, pois, como lembra Santos (1992, p.43):

O termo trabalho é polissêmico. Utilizado tanto na linguagem corrente quanto pelos experts, vem tendo, ao longo dos tempos significados extremamente diferentes. Desde a sua concepção, sugerida no antigo testamento, a história, a etimologia, a filosofia, a economia comprovam que o termo trabalho não tem definição constante, universal.

Conforme Lahelma (1989), emprego é uma relação de troca entre duas partes, ocorrendo de modo voluntário, porém, regulado institucionalmente. Há uma parte interessada em vender e outra interessada em comprar trabalho, mediante o uso do dinheiro. Ainda Lahelma (1989) concebe emprego como um contrato firmado pelo indivíduo, que cobre uma parcela da quantidade total de trabalho existente em sua vida. Esta parcela, entretanto, que compreende o trabalho remunerado ganha considerável significação na vida dos indivíduos por seu papel na organização da sociedade como um todo.

O emprego representa um trabalho por meio do qual existe alguma recompensa financeira, preferencialmente sob forma de assalariamento. via de regra, todo emprego é um trabalho, mas nem todo trabalho é um emprego. Daí porque os trabalhos doméstico e rural não remunerados, geralmente não são considerados empregos e, muitas vezes, não são sequer reconhecidos como um esforço laboral.

Para Elkeles e Seifert (1992), o emprego é o elemento de reconhecimento social mais importante para o indivíduo na sociedade moderna. Lehtinem(1984), ao discutir a relação entre desemprego e distúrbios mentais, salienta que obter uma renda por meio do trabalho, isto é, possuir um emprego, é a mais significativa fonte de subsistência na vida moderna,por isso considera o emprego como fonte de segurança. Ao aludir à hierarquia de

necessidades de Maslow, que classifica a necessidade de segurança como a segunda mais importante entre as necessidades que motivam o comportamento humano, Lehtinem (1984) entende que, uma vez que as necessidades fisiológicas, as mais dominantes, tenham sido satisfeitas, a necessidade de segurança se torna o regulador mais importante do comportamento e do mundo interno dos indivíduos. Daí a ligação entre emprego e saúde mental.

Nos países desenvolvidos e nos emergentes, o emprego é visto como necessário não apenas por ser um meio socialmente aceitável de se ganhar a vida, mas ainda por servir como critério de identificação social, seja pelo reconhecimento e confirmação da sociedade, que considera normal e desejável se possuir um emprego, pela via do auto-conceito de cada indivíduo, que se estrutura e se define também a partir do exercício de uma profissão, de uma atividade remunerada.

## **6.2 Emprego e Renda no Brasil e no Mundo**

Infelizmente, o desemprego, em muitos países, exhibe índices alarmantes, nunca vistos desde o início do século XX, como demarca Rifkin (1995, p. 220-221). Na América Latina, o desemprego urbano era superior a 8%; a Índia e o Paquistão estavam sofrendo um desemprego de mais de 15%; na França o índice de desemprego atingira 11,5%; na Inglaterra 10,4%; na Itália 11,1%; na Bélgica 11,0%; na Dinamarca 11,3%; na Espanha, um em cada 05 trabalhadores são desempregados; na Alemanha eram quatro milhões de desempregados.(Estatística de 1994).

Informa Pochman (1999) que, se estimando em 2,5 bilhões a população economicamente ativa de todo o mundo, cerca de 35% encontram-se em situação de subutilização do trabalho (desemprego ou subemprego). No século XXI, grifa o autor, as taxas de desemprego não deverão ser inferiores a 10% da população economicamente ativa, pois em 1995 este índice registrava 9% somente nos países integrantes da OCDE (Organization de Cooperation et de Development Economiques). No Brasil, as taxas de desemprego na década de 1990 mostravam-se duas vezes maiores do que as do final da



década de 1980. Segundo O Povo (2000), o Brasil, com 7,7 milhões de pessoas desocupadas, é o terceiro país em números de desempregados, perdendo apenas para a Índia e Rússia .

O quadro geral de emprego no Brasil em 1989, conforme cita Ricardo Lima (Prof. do Depto. de Economia da UNB), mostra o retrato do maior problema social: o desemprego; e, com perspectivas sombrias, em consequência da crise que o País atravessava em função da política utilizada para enfrentá-la. De acordo com estimativas bastante conservadoras, realizadas pelos limites mínimos, aproximadamente 4,6 milhões de pessoas, em torno de 8% da população economicamente ativa - PEA, encontravam-se inteiramente desocupadas, procurando trabalho. O desemprego aberto é maior, em termos percentuais, nas áreas metropolitanas de todo o Brasil, porém, pelo interior, nos diversos estados, o quadro não difere em muito. A situação é particularmente séria porque cerca de 30% dos desempregados são chefes de família. Estes são, em linhas gerais, os números do desemprego no Brasil. O descaso da política econômica da época no Brasil com relação às questões sociais só agravava o problema do desemprego que, ligado a fatores estruturais, mesmo com uma eventual retomada do crescimento no futuro, não se acreditava em grandes mudanças.

Onze anos depois, numa reportagem de Aida Veiga, denominada “Trabalho” Tempos Modernos, publicada na revista Veja em 05/04/2000, enfatiza que a taxa de desemprego brasileira está perto de 8%, e a experiência de viver numa economia que sobe e desce deixa todo mundo com medo do futuro. Ressalta, ainda, que o mesmo debate que põe de um lado os sindicalistas do “Menos horas, mais postos de trabalho” e do outro a do “Quanto mais se segura, menos emprego se cria”, ocorria naquele momento no Brasil. Sindicatos de categorias diversas lutavam para produzir a jornada legal de 44 para 40 horas e, dessa forma, intervir num sistema que, informalmente, predomina nas indústrias brasileiras: o chamado Banco de Horas. Quando o período é de vendas fracas, parte dos trabalhadores fica em casa e essas horas de descanso vão para um “cofrinho”. Quando a produção se acelera, todo mundo trabalha além da jornada, sem ganhar a mais porque as horas-extras são descontadas da tal poupança. O resultado é que se evitam dispensas, mas também não há contratações. Outros setores, nos dias de hoje, mantêm longas jornadas, sem que isso reflita pujança econômica, é o informal, como podemos destacar, entre outros,” o taxista, bombeiro hidráulico, eletricista, jardineiro, pessoas que trabalham por conta própria, todos devem estar

dedicando o dobro de tempo no batente”. Eles precisam ficar muito mais horas disponíveis , à espera de clientes, para manter o nível de renda. Outro dado interessante que se pode mencionar é que, segundo a mesma revista VEJA de 05/04/2000, o Brasil, juntamente com os Estados Unidos, são os dois países campeões da desigualdade de renda no mundo.

Sobre o Nordeste, segundo dados pesquisados por Aécio Alves de Oliveira (Prof. da Faculdade de Economia e do CAEN/UFC), a inserção dessa região na divisão inter-regional é algo considerado da maior importância , porque o que ocorre na contextura nacional tende a se reproduzir de maneira mais grave e desastrosa no Nordeste. Verifica-se que a inserção da região no contexto nacional é marginal e se deu, fundamentalmente, na base da expansão industrial, para o Nordeste, em função da necessidade dos capitais sediados no centro hegemônico do País.

O Nordeste foi, nos primeiros dois séculos da colonização do País, exatamente o centro de acumulação de riqueza nacional. A atividade básica voltada para os interesses do capital comercial internacional era a agroindústria ligada ao açúcar. Por volta de 1650, tal atividade é deslocada no cenário nacional em função da concorrência, principalmente antilhana, que atrai para si volumosos capitais internacionais, que passam a interessar mais adepto à acumulação de capital em escala mundial. Isso desloca o Nordeste, e a região entra numa decadência prolongada.

O Nordeste também foi o principal produtor de algodão no País, mais ou menos até 1866, quando aqui existiam cinco das nove fábricas têxteis nacionais. Da mesma forma, em 1875, ele é deslocado pela produção dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Por volta de 1885, esses três estados juntos já retinham 70% da produção nacional, sediando 33 das 48 fábricas existentes no País.

Outra cultura que também concorreu para o deslocamento do Nordeste foi o café, de alto valor comercial, do ponto de vista do capital internacional. O processo de desenvolvimento regional desigual se aprofunda, a partir do período de 1930 a 45, e vai inserindo o Nordeste, cada vez mais, de forma marginal. Há nesse período uma verdadeira

invasão de mercadorias produzidas no centro-sul e, com a quebra das barreiras naturais, a atividade produtiva no Nordeste foi desarticulada quase que em sua totalidade.

Anos depois, mesmo com a criação da SUDENE, que era para ser o órgão capaz de reduzir as disparidades regionais, foi imediatamente capturada pela necessidade de reprodução do capital sediado no centro sul. Embora o documento básico da criação da SUDENE faça referência à questão da terra, na prática, a atuação acontece em cima do setor industrial, e sucede exatamente naqueles setores que eram necessários para a continuação da expansão capitalista no Brasil. Há uma espécie de acoplamento das atividades industriais que seriam desenvolvidas no Nordeste, com a malha de produtos existentes fora da região.

Os efeitos dinamizadores de geração de emprego e renda terminam por serem fracos no âmbito regional. Há como que uma captura de efeitos fora da região em termos de multiplicação de empregos.

Segundo estudos realizados pelo professor Aécio Alves, no início dos anos 1980, pode-se admitir que mais ou menos 40% do subemprego nacional estaria localizado no Nordeste, sendo considerado um número bastante elevado, o que se justifica em razão de problemas de estiagens prolongadas. Acredita-se que, com uma política de combate à seca praticada com seriedade e com a diminuição das estiagens prolongadas, se tenha um número em torno de 18% de subempregados em relação à média nacional.

A industrialização do Nordeste mostra elevado grau de dependência a uma total funcionalidade em relação a indústria do Sul e Sudeste, portanto, os efeitos da industrialização do Nordeste são reproduzidos no sentido de provocar maior rede de fluxos intra-setorial no contexto da região Nordeste, e de criar a possibilidade de ensejar novas atividades com um grau maior de interdependência. Os efeitos da indústria quanto à geração de empregos na região, como reconhece Moreira (1979), são necessariamente limitados.

O Estado do Ceará não difere dos problemas de desemprego dos outros oito Estados da Região. O fantasma da estiagem, ano a ano, atormenta a mente dos sertanejos e daqueles de boa índole que se preocupam com o nosso povo. Os políticos, os empresários, os

intelectuais sempre viram a questão do emprego como uma variável dependente do investimento, ou seja, o ritmo e o volume dos investimentos teriam determinado o dinamismo do mercado de trabalho.

A geração de emprego e renda em municípios de pequeno porte, mediante a participação das comunidades, em articulação com parcerias institucionais, públicas e privadas, deveria ser uma ação constante e permanente dos governantes. Com esse apoio, os conselhos municipais de trabalho identificariam a situação atual dos municípios, as suas vocações, fomentando ações associativistas que tenham por objetivo econômico o desenvolvimento de empresas, criando condições e oportunidades capazes de permitir ao homem viver em sua comunidade, na busca do desenvolvimento sustentável. Quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas ao aspecto econômico, mas também a uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades – alvo do processo.

Um ponto que se destaca, quando se trata de desenvolvimento, é o papel do Estado. Se, de uma maneira geral, o Estado ocupa uma posição fundamental na implementação de políticas que viabilizem o desenvolvimento sustentável no sertão semi-árido, esse papel é ainda mais importante. Sendo o Estado o grande provedor de recursos, é também o grande responsável pelo alcance ou não de uma melhor qualidade de vida para o sertanejo.

A sustentabilidade do desenvolvimento no Ceará passou a ser parte integrante dos documentos oficiais e base das políticas públicas, o que não quer dizer que o Estado tenha de fato alcançado ou mesmo avançado rumo a esse ideal. Especialmente no que diz respeito ao sertão, o discurso, mais uma vez não chega à prática. Os projetos que visam o desenvolvimento rural eram para ser os principais instrumentos das políticas públicas, porém sempre atribuíram qualquer insucesso a fenômenos administrativos, tais como atrasos nas liberações das contas dos projetos, repetindo o mesmo discurso dos políticos locais.

As ações públicas não se apresentam como capazes de atingir a população mais carente de uma maneira geral e, seus mentores não têm habilidade para trabalhar com essas pessoas, que seriam teoricamente a finalidade de sua existência. O resultado visível dessas ações equivocadas é a permanência de problemas seculares, como a baixa produtividade, gerada por processos produtivos arcaicos e dissociados da idéia de sustentabilidade. Os programas de incentivos mostram, assim, a total incapacidade de perceber o verdadeiro sujeito, que é o homem, e de fato beneficiá-lo.

### **6.3 Emprego e Renda no Novo Município de Jaguaribara**

Desde 1995, encontravam-se em estudo para implantação e implementação a médio prazo 03 projetos de irrigação que seriam destinados ao reassentamento de parte da população rural, a ser deslocada em virtude da construção do açude Castanhão e a conseqüente submersão da área onde 433 famílias viviam. São os projetos de irrigação Curupati(149), Alagamar(114) e Mandacaru(170). Esses projetos, conforme planejado, eram para estar em perfeitas condições de funcionamento por ocasião da transferência das famílias reassentadas.

A ocupação plena das áreas desses 03 projetos de irrigação, bem como o projeto pesqueiro (Curupati Peixe) e atividades de turismo facilitada pela disponibilidade da água resultante da construção do açude Castanhão, deveria ter como conseqüência direta a ampliação do mercado de trabalho local, com o crescimento da demanda de mão-de-obra, tanto para o desenvolvimento da atividade agrícola quanto para o desenvolvimento de atividades correlatas.

#### **6.3.1 Projetos Programados**

Com o intuito de absorver parte da população de pequenos produtores rurais e trabalhadores sem terra e dar às famílias condição de sustentabilidade financeira no novo Município, as autoridades governamentais do Estado ultimaram a implantação de 03 projetos de irrigação junto à área da barragem e próximos a nova cidade de Jaguaribara. Estes projetos-Curupati, Alagamar e Mandacaru- estão localizados em solos de boa aptidão agrícola

e não apresentam risco de salinização, consoante informação dos técnicos da EMATERCE, durante visita *in loco*. Esta transferência das atividades tradicionais para a moderna agricultura irrigada já corresponde a uma apropriação de benefícios decorrentes da barragem do Castanhão pelos grupos sociais afetados por sua construção.

O Grupo Multiparticipativo do Castanhão elaborou uma proposta de ações compensatórias para a população reassentada. Além dos projetos de irrigação, existem projetos elaborados com base na piscicultura intensiva e na pecuária, e outras oportunidades de negócio nas áreas de turismo, pequenas unidades industriais e artesanato.

#### 6.3.1.1 Projeto de Irrigação Curupati

O projeto de irrigação do Curupati foi idealizado e dimensionado para o reassentamento de 149 famílias, cabendo a cada uma delas um lote de 3ha.

Sua implementação, prevista para quando houvesse a transferência das famílias reassentadas, só se concretizou, em sua 1ª etapa, em outubro de 2006, iniciando-se o plantio, em escala comercial, do mamão, variedade “Formosa”. Seis meses após, iniciou-se o plantio da goiaba, sendo essas as duas principais culturas implantadas nesse projeto, ocasionando benefícios de emprego e renda para aquela comunidade.

A 1ª etapa desse projeto contempla apenas 69 famílias, das quais somente 62 plantam mamão e goiaba dos 3ha que ficaram definidos para cada família. A princípio, segundo o órgão responsável pelo gerenciamento e monitoramento, SEAGR - Secretaria da Agricultura Irrigada, com a assistência técnica prestada pela EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, os 3ha seriam para plantações eqüitativas de mamão e goiaba. Após alguns entendimentos entre os órgãos e a comunidade e conforme recursos recebidos, ficou acordado o plantio de 1,5ha com mamão e, em seguida, 0,75ha com goiaba, os outros 0,75ha plantavam-se culturas de sequeiro, tais como milho, feijão e outras.

As outras 07 famílias restantes não plantaram nada, seja por desinteresse ou por não encontrarem financiamentos ou por apenas no momento optarem por trabalhar na Sede do Município.

O rendimento mensal com os produtos comercializados estão perto de 2 a 3 salários mínimos, ou seja R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 por família, sendo que algumas delas já chegaram a atingir renda entre dois a três mil reais/mês. Vale ressaltar que, das 62 famílias beneficiadas com a 1ª etapa do projeto, somente 42 plantam goiaba.

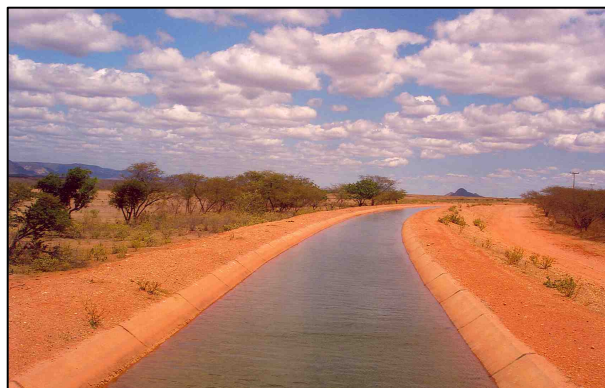
A produção é toda comercializada no próprio Município, porém os compradores exportam para Fortaleza, São Paulo, Recife e Salvador.

As outras 80 famílias que moram na península de Curupati Irrigação aguardam a implementação da segunda etapa do projeto e, enquanto esperam, plantam culturas de subsistência, como milho, feijão e outras, além de pequenas criações para sobrevivência.

Ressalta-se, também no Anexo I, o financiamento efetuado para os reassentados do Curupati Irrigação pelo FECOP – Fundo Estadual de Combate a Pobreza, com carência e taxas de juros baixíssimas, mediante convênio EMATERCE/SDA.



**Foto 23 – Estação de Bombeamento do Projeto de Irrigação do Curupati**



**Foto 24 – Canal de Irrigação do Projeto Curupati**



**Foto 25 – Plantação de Mamão I – mamoeiro com 04 meses plantado**



**Foto 26 – Plantação de Mamão II – Mamoeiro em Franca Produção**

As famílias do Curupati Irrigação, após a primeira colheita e comercialização do mamão, principal cultura do projeto, estão satisfeitas e devem melhorar seus rendimentos dentro de alguns meses, após a 1ª colheita da segunda cultura principal, que é a goiaba. Algumas culturas de subsistências aparecem ao longo dos canais de irrigação.





**Foto 27 – Colheita do Mamoeiro do Projeto de Irrigação do Curupati**



**Foto 28 – Colheita do Mamoeiro do Projeto de Irrigação do Curupati**



**Foto 29 – Limpeza da Área após Colheita**



**Foto 30 – Transporte dos Irrigantes e da Produção**



**Foto 31 – Goiabeira em Fase de Crescimento**

### 6.3.1.2. Projeto de Irrigação Alagamar

O Projeto de Irrigação do Alagamar, situado em torno de 50 km da Sede do Município, foi previsto para a reassentamento de 114 famílias com direito para cada uma delas a lotes do tamanho de 3 ha irrigados para plantio de culturas frutíferas de boa rentabilidade, assegurando o desenvolvimento sustentável dos reassentados, gerando renda em torno de 2 a 3 salários mínimos/mês, conforme o planejado. A infra-estrutura está toda implantada, porém sem data definida para sua implementação, além do que parte dela (canais e tanques) encontra-se bastante desgastada, se deteriorando a cada dia que passa. As famílias, todas transferidas, desde 2002/2003, continuam vivendo precariamente nessa localidade, alimentando-se com plantio de culturas de subsistência, da produção de alimentos dos pequenos rebanhos (bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves), da renda da aposentadoria, programas de governo do tipo Bolsa Família e alguns trabalhos temporários, quando aparecem; muitas delas estão passando por necessidades prementes.

### 6.3.1.3 Projeto de Irrigação/Pecuária Mandacaru

O projeto de irrigação do Mandacaru situa-se a 6km da zona urbana de Jaguaribara. Esse projeto prenuncia-se como um pólo de desenvolvimento do Município, haja vista a condição do seu solo apto para a prática da agricultura irrigada. A passagem no meio das suas terras do sistema adutor Castanhão-Fortaleza, o canal da Integração e a proximidade da rodovia CE-269 caem como uma luva para apressar esse desenvolvimento. Nesse projeto, voltado para agricultura irrigada e pecuária, foram reassentadas 170 famílias, cabendo a cada uma delas 03 hectares de terra, dos 510 hectares disponibilizados. Dessas, 38 famílias, conforme definição do Conselho Municipal de Trabalho, com a convivência dos próprios reassentados, vão ficar trabalhando na área voltada para irrigação, distando aproximadamente 7km das suas residências, beneficiando-se das águas do canal da Integração. O restante das famílias, ou seja, 132, estão também no aguardo da implantação do projeto voltado para a pecuária. Enquanto isso não acontece, estão vivendo, basicamente, alguns de aposentadoria, outros da venda de parte dos bovinos e caprinos, de empregos públicos, de ajuda de parentes, sendo que várias famílias estão sendo complementadas com o auxílio do Bolsa- Família.

As famílias envolvidas no Projeto Mandacaru reclamam da irrigação não efetivada. Os trabalhadores rurais ainda não beneficiados com culturas de irrigação encontram-se insatisfeitos com a construção do açude Castanhão, bem como, com o canal da Integração. Pessoas com idade avançada e revoltadas com o investimento que vai gerar abastecimento d'água para além do Município sentem-se traídas, por terem saído de suas casas sem receberem os empregos prometidos. Diante das dificuldades, alguns dos agricultores solicitaram ao Governo do Estado, cata-ventos para puxar água de poços de 20 metros de profundidade construído por eles, alegando que estavam pagando R\$ 70,00 (setenta reais) de água por mês para dar de beber aos animais e à família, afirmando que na antiga Jaguaribara pagavam apenas R\$ 10,0 (dez reais).

Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Jaguaribara, Francisco Saldanha, que mora no reassentamento Mandacaru, no local há casas com até quatro famílias. Prometeram um local para plantar e criar, mas as famílias estão crescendo sem poder se manterem. Agora o canal vai levar água para mais longe ainda?- Reclamam.

Durante as entrevistas com os reassentados no Mandacaru surgiam sempre as seguintes indagações: por que convivemos com essa situação de miséria, por que, se temos água ao nosso redor, não existe por parte dos governantes uma política mais eficiente que procure diminuir a pobreza do nosso povo? Como resposta, vimos que o sertão e o sertanejo foram constantemente usados pelos fazedores de políticas e, ao mesmo tempo, alijados do direito de receber benefícios concretos que levassem à melhoria das suas condições de existências. A maioria se queixava que lá era melhor que aqui, isso se referindo a Antiga Jaguaribara, lá a gente tinha agricultura, tinha o que comer como milho, feijão, arroz, batata, jerimum, mamão, banana, gergelim, sorgo. Os que tem emprego, ainda sobrevivem, mas nós, se não tomarem algumas providências, vamos acabar morrendo de fome”.



**Foto 32 – Projeto Mandacaru (Visão que Deveria ser o Pasto Irrigado)**



**Foto 33 – Projeto Mandacaru (Pequeno Rebanho de alguns Assentados)**



**Foto 34 – Projeto Mandacaru - (Ao Fundo, Residências dos Assentados)**

#### 6.3.1.4 Projeto Curupati/Peixe

A atividade de piscicultura desenvolvida no Estado do Ceará, apesar de sua significativa relevância socioeconômica no meio rural, caracteriza-se pela ausência de uma política fundamentada em prioridades claras e objetivas, adequadas à realidade cultural e econômica do produtor local.

O novo Município de Jaguaribara apresenta excelentes condições para o desenvolvimento da piscicultura de águas interiores, podendo vir a alcançar posição de destaque no setor aquícola do Estado, desde que haja uma conjugação de esforços, tanto no âmbito governamental, como ações integradas de seus órgãos no apoio à comercialização do pescado e insumos, pesquisa, prestação de assistência técnica e capacitação de recursos humanos, bem como de agentes financeiros, mediante adoção de linhas de crédito adequadas,

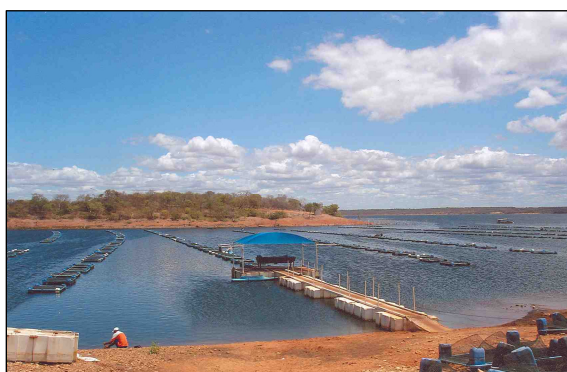
que possibilitem criar meios e condições capazes de atrair a iniciativa privada, de tal forma que esta atividade seja encarada como exploração de relevância econômica no setor primário do Estado.

Foram programadas, dentre as prioridades do Governo do Estado , para o novo Município de Jaguaribara, a implantação e a implementação do Projeto Curupati-Peixe, com toda uma infra-estrutura, para estar em pleno funcionamento quando do reassentamento da população. O projeto foi desmembrado em 02 etapas, sendo que a 1ª iniciou o seu funcionamento no 1º semestre de 2003. Atualmente, outubro 2007, o projeto está funcionando em sua plenitude, envolvendo nessa atividade 133 famílias que se beneficiam da comercialização de 40 toneladas mês de peixe (tilápia do Nilo), o que lhes confere uma renda média mensal em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a R\$ 900,00 (novecentos reais), quando o preço está baixo em função da demanda e oferta, chegando a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos) na alta.

A criação das tilápias é feita em gaiolas e tanques- redes e é gerenciada por intermédio da associação, que cuida de todo o sistema de produção e comercialização do pescado.



**Foto 35 – Projeto de Piscicultura do Curupati - Peixe**



**Foto 36 - Aspectos das Gaiolas no Projeto Curupati-Peixe**



**Foto 37 – Outra Vista das Gaiolas no Projeto Curupati-Peixe**

### 6.3.2.1. Projeto de Piscicultura do Castanhão – Área Urbana

No perímetro urbano, às margens do açude Castanhão, existe um grupo de trabalho, de antigos pescadores que tinham essa atividade como meio de sobrevivência.

A antiga sede do Município, localizada nas margens do rio Jaguaribe, favorecia a atividade pesqueira, embora praticada de forma rústica e com poucos recursos materiais. Com a mudança, esses pescadores tiveram sua fonte de renda seriamente comprometida, uma vez que o Castanhão exige maiores esforços e novos recursos materiais e financeiros para desenvolver a atividade, além do fato de ser uma área praticamente desconhecida.

O grande volume de águas armazenadas, no entanto, favorece fortemente uma atividade identificada no Plano de Reestruturação como um dos principais eixos de desenvolvimento econômico, a Piscicultura, arte que consiste na criação de peixes em gaiola ou em tanque-rede.

O grupo de pescadores foi mobilizado e esteve por diversos momentos discutindo a nova possibilidade de geração de ocupação e renda; entretanto, como o novo assusta, muitas vezes chegou a causar medo e dúvidas entre eles.

Nesse processo de mobilização, só as reuniões não foram suficientes para compreender a dimensão da atividade que estava sendo idealizada, distante do que, até então, era do conhecimento de pescadores simples, que não conheciam a gaiola. Na tentativa de ajudá-los a compreender o que se estava propondo, em novembro de 2002, foi realizada uma missão técnica levando um grupo de pescadores até o açude Jaibara, em Sobral, na região norte do Estado. Nesta visita, conheceram a experiência de um grupo que se assemelhava a eles pela forma como desenvolviam o trabalho antes de implantarem a piscicultura. Somada à criação, conheceram também o centro de aqüicultura do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em Pentecoste, onde comprovaram a dimensão da atividade, quando da produção do alevino ao beneficiamento do pescado.

Tal missão foi a luz que esclareceu e fortaleceu a idéia que, em junho de 2003, começou a se transformar em realidade, quando estava sendo assinado o documento de liberação dos recursos do financiamento junto ao Banco do Nordeste, cerca de R\$ 58.000,00(cinquenta e oito mil reais) para um grupo de 08 pescadores que souberam enfrentar os desafios e elevaram sua atividade, tornando-se o grupo pioneiro da piscicultura no açude Castanhão. Este fato representou um grande salto no trabalho e no retorno de renda, proporcionando melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, gente que soube consolidar uma idéia em oportunidade de transformação de suas vidas. A criação de peixes em gaiolas já disponibilizava uma oferta de cinco toneladas/mês de tilápia, com o comprovado sucesso e rentabilidade da piscicultura. Daí então, outros pescadores buscaram o ingresso na atividade e ampliaram o grupo de oito para 66 piscicultores.

No cenário da economia local, a atividade se concretizou como promissora, capaz de transformar pescadores em piscicultores, proporcionando melhoria significativa na qualidade de vida dos que ingressaram na atividade, além dos benefícios indiretos.

Para fortalecer ainda mais o crescimento da piscicultura, 62 pessoas que aguardavam a liberação do financiamento, para também ingressarem na atividade, totalizando 128 pessoas foram beneficiadas em 2005, com um financiamento de R\$ 928.000,00, ampliando em 2006 a oferta da tilápia para aproximadamente 50 toneladas/mês, proporcionando um rendimento médio mensal para cada piscicultor de R\$ 900,00 a R\$ 1.100,00, e como a expectativa era promissora, passaram a acreditar que uma das principais veias de desenvolvimento econômico de Jaguaribara é realmente, a piscicultura.



**Foto 38 – Projeto de Piscicultura do Castanhão Área Urbana (às margens do Castanhão)**



**Foto 39 – Projeto de Piscicultura do Castanhão-Vista de Tanques**



**Foto 40 – Projeto de Piscicultura do Castanhão-Vista dos Tanques(outro ângulo)**



**Foto 41 – Entrevista com Antigos Pescadores**



**Foto 42 – Aspectos das Gaiolas às Margens do Açude Castanhão**



**Fotos 43 – Outra Vista das Gaiolas às Margens do Açude Castanhão**



**Foto 44 – Vista de outro Ângulo, as Gaiolas às Margens do Açude Castanhão**



**Foto 45 – Projeto de Piscicultura do Castanhão Área Urbana (às margens do Castanhão)**



### 6.3.2.2 Pequenas Unidades Industriais

Com o desenvolvimento da piscicultura, foram criados grupos mobilizados para a unidade de fabricação de produtos de limpeza como alternativa de melhoria da renda familiar. Formado um grupo, foi realizado treinamento para capacitação técnica com acompanhamento de consultoria gerencial voltada para a fabricação de 03 produtos (desinfetantes, água sanitária e detergentes). Em seguida, com outro treinamento, o grupo passou também a produzir amaciante de roupas, limpa-vidros, cera líquida e polidor de alumínio, acrescentando a estes produtos a fabricação de xampu e sabão líquido, evidenciando um salto na produção. Os produtos ficaram sendo comercializados na própria cidade, demonstrando boa aceitação. Outro grupo formado iniciou também a produção de filé, lingüiça e outros produtos à base da tilápia, contribuindo decisivamente para o aumento da renda familiar, representando de 4 a 6% da população economicamente ativa (Entrevistas com os reassentados).

### 6.3.2.3 Artesanato

Outra atividade reiniciada na nova cidade de Jaguaribara, fruto do desenvolvimento da piscicultura, foi o artesanato, correndo paralelamente com as pequenas unidades industriais e aproveitando as equipes especializadas em treinamentos para esses fins. As artesãs do Município, além das tradicionais artes manuais de fabricação de toalhas com rendas, peças íntimas femininas, blusas, panos de prato etc., iniciaram a produção com base do curtimento da pele da tilápia, bolsas, carteiras e outros artigos, os quais são comercializados na própria Cidade e lhes dão ajuda na melhoria da renda familiar.

### 6.3.2.4 Turismo

A atividade turística no novo Município de Jaguaribara ainda é um sonho alimentado por boa parcela dos reassentados urbanos, que aguardam a viabilização da instalação de um pólo turístico, envolvendo o Castanhão e seu entorno. Em relação à atividade turística no Município de Jaguaribara, que deveria ser bem explorada, como apregoavam antes mesmo da mudança, não existe nenhum incentivo por parte dos órgãos

públicos, apesar do município oferecer condições naturais e suficientes adequadas para essas práticas, o que representaria um incremento no índice de enriquecimento, diminuindo um pouco a reversão do fato do Estado ser considerado um dos mais pobres do País.

## 7 CONCLUSÕES E SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES

### 7.1 Conclusões

O índice de desemprego e subemprego no Brasil e no mundo ainda é alarmante, condicionando uma situação de pobreza e indigência a um grande contingente populacional, dificultando o desenvolvimento sustentável. No semi-árido do Ceará, o desenvolvimento endógeno das comunidades é dificultado em grande parte pelas condições adversas do meio ambiente, principalmente quanto à escassez de água, dependência econômica, em atividades agrícolas sazonais de baixo valor agregado, submetidas a elevadas condições de risco, exploradas com mão-de-obra com baixo nível educacional. Em Jaguaribara, entende-se que, com a construção do Castanhão, houve aumento significativo da oferta de água para a comunidade, o que, teoricamente, aumentaria a oferta de emprego e renda para a população, tanto na área urbana como na rural. Carece por parte das autoridades governamentais, porém, a melhoria do “Programa de Ações Integradas para o Desenvolvimento Econômico e Social do Semi-Árido”, a fim de que se implementem os projetos Alagamar e Mandacaru, voltados para a agricultura irrigada e pecuária, além de subsídios para desenvolvimento de atividades pesqueiras, industriais, artesanais e turísticas (Plano de Desenvolvimento Sustentável-1999-2002-SEPLAN-CE).

A inauguração da Nova Jaguaribara, amplamente divulgada na *mídia* como mais um passo na modernização e desenvolvimento do Estado do Ceará, revela uma questão que merece profundo debate que desenvolvimento é esse que está sendo operado no Estado?

Para responder a esta pergunta, precisamos rever alguns elementos dos últimos doze anos da história do Brasil, período em que se teve significativa mudança reveladora de um agravamento das desigualdades sociais, crescimento da exclusão social, do desemprego, da fome, da miséria e da precarização do trabalho.

Tal realidade produz uma insegurança generalizada e medo do futuro, frutos do processo de ajuste do Brasil à nova ordem do capital mundial, ou seja, resultam do processo de mudanças na economia, na política e no trato das questões sociais. Trata-se de integração

do Brasil na chamada economia global, essencialmente competitiva, pois segue os preceitos do mercado, onde predomina a lei dos mais fortes.

Os principais beneficiados deste processo são os que dominam o comércio, a indústria e os que vivem da especulação financeira. Os investimentos do governo nas áreas sociais são reduzidos, assim como os investimentos nas áreas produtivas. Hoje, e sempre, sabe-se, ganha mais quem tem dinheiro para aplicar nos diversos investimentos que oferecem.

É bom lembrar aos que planejaram o projeto da Nova Jaguaribara, juntamente com a barragem do Castanhão, que a valorização do homem pode levar à alternativa viável para políticas que busquem o desenvolvimento sustentável e o fim da exclusão e da pobreza em espaços promissores, como é o Município de Jaguaribara.

Embora reconhecendo alguns ganhos da população transferida (graças a sua luta, determinação e organização), a nova Cidade não resolverá os problemas da pobreza e das desigualdades sociais. Não há dúvidas de que receber uma casa de tijolo com água e saneamento básico é vantajoso para aqueles que só possuíam uma casa de taipa. Os mais aquinhoados lamentam a perda de suas casas com cerâmica e banheiros azulejados e já se apressam em marcar sua posição social, reformando, levantando muros, construindo garagens etc. O processo de mudança deixou patentes as diferenças sociais existentes na antiga Jaguaribara e que prosseguem na nova Cidade. As largas avenidas e as praças também são um ganho valioso, espaço público onde conviverão ricos e pobres.

Alguns desafios apresentam-se, desde já, para o conjunto da população do novo lugar, consistindo em debater o modelo de desenvolvimento que interessa a todos. As pessoas e o próprio ambiente natural estão sendo excluídos pelo sistema econômico e social vigente, sofrendo as conseqüências negativas da intervenção de políticas públicas inadequadas à realidade local. Essas políticas têm desmobilizado o modo de vida dos sertanejos em prol de uma modernidade ineficiente, que não consegue conter os fluxos migratórios, muito menos melhorar efetivamente a qualidade de vida do homem do sertão, e insiste em soluções paliativas que só aumentam a sua vulnerabilidade. Muitas dessas pessoas estão desaparecendo como cidadãos, protagonizando um estado de exclusão extrema, que os

torna desnecessários ao sistema produtivo e até mesmo social. São pessoas que terminam por não se enquadrar tecnologicamente nas opções produtivas e perdem paulatinamente o acesso às coisas públicas.

O modo de vida do sertanejo sempre se baseou quase que exclusivamente na agricultura e na pecuária, de tal maneira que a terra e a água são elementos fundamentais na conformação social e cultural do meio rural cearense. Em termos de posse, a terra, historicamente, sempre foi o bem mais importante, e a acumulação de outros bens era secundária. A terra, no entanto, mesmo com água próxima, como o caso de Jaguaribara (zona rural e urbana), porém, sem as condições de produção adequada, não vale muito. As mudanças que deveriam ocorrer na distribuição das águas poderiam transformar essa realidade. Na verdade, as políticas continuam representando instrumentos de controle que permitem a continuidade de grupos no poder, de forma que o sertanejo fique à mercê da dependência política para tomada de decisões. No desenvolvimento deste trabalho, foi enfocada de forma explícita a situação de Jaguaribara no tocante a emprego e renda, considerando o contraste da população de uma área e de outra. Enquanto o projeto Curupati Peixe e Irrigação está indo relativamente bem em virtude da implementação da 1ª fase da irrigação, os outros dois, Alagamar e Mandacaru, continuam muito mal, por não estarem ainda implementados, apesar da infra-estrutura existente, e até os dias atuais (outubro/2007) não se tem uma previsão das suas implementações. As promessas dos governantes durante a mobilização da construção do Castanhão estão se esvaindo e a exclusão de parte da população do Município, do ponto de vista de geração de renda, traduz-se pela não-participação efetiva do sertanejo nas decisões que interferem no seu próprio destino, bem como pela persistente sensação de que seu lugar não tem valor diante do progresso e da modernidade, que sempre se apresentam com uma roupagem urbana, distante das boas oportunidades de acesso aos empregos e a um modo de vida aparentemente mais fácil.

Na zona urbana da nova cidade de Jaguaribara, o que existe hoje como indutor de geração de emprego e renda são, basicamente, o projeto de piscicultura urbana às margens da barragem Castanhão, o comércio varejista, as instituições públicas, pequenas unidades industriais e artesanais, renda da aposentadoria, programas de governo (do tipo Bolsa Família), trabalhos temporários incentivados ou não pelo governo e tarefas por conta própria.

Analisando os resultados quanto à geração de emprego da mão-de-obra e da renda, constatou-se que falta muito para uma melhoria da qualidade de vida dos reassentados, haja vista a não implementação em sua totalidade dos projetos prometidos pelas autoridades competentes.

## **7.2 Sugestões/Recomendações**

A realocação do município de Jaguaribara foi considerada pelos governantes como absolutamente necessária, em virtude da construção do açude Castanhão que, com 90% de garantia, aumentaria a vazão regularizada do rio Jaguaribe, de 22 para 57 metros cúbicos por segundo. Este acréscimo de vazão permitiria a expansão da área irrigada em 40 mil hectares e asseguraria, mesmo nos anos críticos, o abastecimento d'água ao Baixo Vale e à Região Metropolitana de Fortaleza. Também protegeria de enchentes o Baixo Vale, que em 1974 teve 225 mil pessoas desabrigadas em decorrência de uma grande cheia e onde 25 mil ha de terras de boa aptidão agrícola eram cultivadas de modo precário, em decorrência das inundações. O Castanhão foi construído atingindo plenamente o que foi planejado e idealizado tecnicamente para a sua materialização. (Secretaria dos Recursos Hídricos - Contribuição da Barragem do Castanhão para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará,2002).

As populações dos municípios afetados foram reassentadas e, especificamente, a do Município de Jaguaribara, mesmo com o impacto social, cultural e interrupção de atividades produtoras geradoras de renda, também foi reassentada.

A nova Cidade foi edificada com suas ruas largas, residências todas em alvenaria, edificações institucionais modernas, uma bela cidade construída e projetada para expansão e condição de habitação para até 70.000 pessoas, no futuro.

Quanto à situação de como as famílias estão vivendo, conforme o que se constatou neste trabalho, apresentam-se algumas sugestões que poderão melhorar a qualidade de vida da população com a oferta de emprego e renda.

## **PROJETOS DE IRRIGAÇÃO**

Para uma alavancada nesses projetos, sugerem-se:

- 1) implementação, em sua totalidade, do projeto de irrigação do Curupati, já que apenas a 1ª etapa está funcionando e relativamente bem;
- 2) implementação do projeto de irrigação e pecuária do Mandacaru em sua totalidade;
- 3) implementação do projeto de irrigação do Alagamar em sua totalidade;
- 4) assegurar aos reassentados dos projetos de irrigação todo o custo das obras de infra-estrutura hidráulica de uso comum;
- 5) garantir aos reassentados o financiamento da infra-estrutura parcelar de irrigação nas condições de 5 anos de carência e até 25 anos para pagar;
- 6) assegurar aos reassentados cursos regulares de capacitação técnica profissionalizante ofertados por instituições públicas; e
- 7) afiançar aos reassentados uma assistência técnica com visão de mercado e gestão.

## **PROJETO DE PISCICULTURA DO CURUPATI PEIXE**

Para esse projeto, foram elencados como sugestões:

- 1) garantir os canais de comercialização;
- 2) capacitar por meio de instituições públicas os reassentados voltados para a atividade;
- 3) realizar estudo sobre o mercado, canais de comercialização, posicionando bem o produto perante esse mercado;

- 4) caracterizar, de forma clara e constante, onde e como obter os insumos e a que custo, além das opções de produção de alimentos; e
- 5) assegurar contínua assistência técnica, com a visão da produção, gestão e comercialização da produção pesqueira.

**OUTROS PROJETOS INFORMAIS** – Piscicultura na área urbana, pequenas unidades industriais, artesanato e turismo.

A barragem do Castanhão apresenta-se como um grande pólo de desenvolvimento no seu entorno, com foco na irrigação, turismo, pesca, piscicultura e outras atividades correlatas, de onde poderiam advir soluções para a geração de emprego e renda.

São delineadas na seqüência sugestões para o desenvolvimento dessas atividades como geradoras de emprego e renda.

### **PISCICULTURA URBANA**

- Garantia de comercialização;
- assistência técnica;
- capacitação dos reassentados;
- garantia de financiamento junto às instituições creditícias a juros baixos; e
- assegurar a aquisição de insumos

### **PEQUENAS UNIDADES INDUSTRIAIS E ARTESANATO**

- Incentivo por parte das autoridades competentes;
- capacitação técnica;
- garantia de financiamento compatível; e
- abertura de um pólo artesanal.



## **TURISMO**

Com a localização da nova cidade de Jaguaribara, ao lado esquerdo da Barragem e com vista direta sobre o lago, sugere-se a criação de um pólo de turismo e atividades recreativas, que se desenvolverá com base nos atrativos naturais do Castanhão, à semelhança de outros grandes reservatórios públicos do Nordeste, proporcionando geração de emprego e renda para parte da população do Município.

Uma atuação significativa das políticas públicas voltadas para o que foi anunciado à população de nova Jaguaribara pode ser conduzida de forma a elevar a melhoria do emprego e renda das classes menos favorecidas. Basta que essa política incentive a expansão das culturas mais absorvedoras de mão-de-obra ou que viabilize meios para aumentar a produção de bens de consumo das classes mais pobres, citando o peixe como exemplo. Por outro lado, quando a intervenção incentiva também a irrigação e o turismo em áreas de grande potencial, como é o caso de nova Jaguaribara, analisando os interesses da população, os resultados serão promissores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAR – **Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.** Agosto/1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança.** A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ARAGÃO, R.B. **História do Ceará.** 2. ed., Fortaleza: IOCE, 1985.

ARAÚJO, José Carlos; SANTAELLA, Sandra Tédde. In: **Gestão das águas:** princípios e práticas. Editores: Nilson Campos; Ticiania Studart. Porto Alegre: ABRH, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Castanhão.** Brasília, 2001.

BANCO MUNDIAL. In: **Gestão das águas:** princípios e práticas. Editores: Nilson Campos; Ticiania Studart. Porto Alegre: ABRH, 2001.

BAR-EL, Raphael (Org.) **Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará.** Fortaleza: Edições Iplance, 2002.

BARROS, R.P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** Texto para Discussão nº 377. Instituto de pesquisa Econômica Aplicada, 1995.

BEZERRA, Evandro. **O rio São Francisco:** a polêmica da transposição. Depoimentos. Fortaleza: Série A Gráfica, 2002.

BEZERRA, Nizomar Falcão. **Água no semi-árido nordestino:** experiência e desafios. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Água e desenvolvimento sustentável no semi-árido.** Fortaleza, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fragmentando o território** – bases para o desenvolvimento do semi-árido do Ceará. In: Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza: 2004.

BRASIL EM AÇÃO. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997.

BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. Subsídios aos estudos de transposição de vazões dos rios Tocantins e São Francisco para o Nordeste. **Boletim Técnico**. DNOCS. Fortaleza 39 (2): 127-144, jul/dez, 1999.

CAMPOS, Nilson; STUDART, Ticiania. (Editores) **Gestão das águas: princípios e práticas**. Porto Alegre: ABRH, 2001.

CAMPOS, Nilson; SOUSA, Raimundo Oliveira de. **Gestão das águas: princípios e práticas**. Porto Alegre: ABRH, 2001.

CARNEIRO, M. **Pobreza no Brasil**. São Paulo: Mandarim, 2003.

CARVALHO, J.M. Cidadania, estadania, apatia. Artigo de 24 de julho de 2001. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro.

CASTANHÃO, Projeto. **Ação Fundiária**. Fortaleza: IDACE, 1996.

CEARÁ. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Fortaleza, 1992.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Atlas do Ceará**, 1997.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU. **Nova Jaguaribara**. Versão preliminar. Governo do Estado do Ceará, 1996.

CEARÁ. Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA. Governo do Estado do Ceará (2000).

CEARÁ. Secretaria de Planejamento - SEPLAN. Governo do Estado do Ceará, 2000.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1999-2002.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos - SRH. **Barragem Castanhão**. Síntese informática. Fortaleza. SRH, 1995.

\_\_\_\_\_. **Contribuição da Barragem Castanhão para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará**, 2000.

\_\_\_\_\_. ANB. **Estudos de reconhecimento cadastral e sócio econômico da zona de influência do lago da obra de engenharia do açude Castanhão**. Jaguaratama – Ceará. Fortaleza: ANB, 1997.

\_\_\_\_\_. **Barragem Castanhão**. Síntese informática. Fortaleza. SRH, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projetos Complementares**. Açude Castanhão. Tomo 3. Fortaleza: Governo do Estado, 2000.

\_\_\_\_\_. **A gestão das águas no Ceará**. Fortaleza, 2002.

\_\_\_\_\_. **Atlas eletrônico dos recursos hídricos e meteorológicos do Ceará**. Disponível na Internet. <http://www/srh.ce.gov.br>. Acesso em: 16. Ago. 2004.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PAROQUIAL. Associação dos Moradores de Jaguaribara. 2005.

CERNEA, Michael M.. **Reassentamento Involuntário em Projetos de Desenvolvimento**, 1988.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Comissão Pastoral da Terra, 2004.

DIÁRIO DO NORDESTE. Açude Castanhão, Fortaleza: 08/03/2002.

\_\_\_\_\_. Caderno Cidades, Fortaleza: 18/12/2004.

\_\_\_\_\_. Castanhão Pomares e Promessas, pg.4, Fortaleza: 2007.

DNOCS, Relatório do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Fortaleza:1990.

DNOCS, **Açude Castanhão**. Edição alusiva a visita do Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Alto Santo, dez/2002.

DNOCS: SIRAC. **Açude Público Castanhão**. Relatório de impacto no meio ambiente. Fortaleza: SIRAC, 2002.

ELKELES, T., SEIFERT, W. Arbeitslose und ihme Gesundheit: Empirishe hangzeitanalsyen. Plublication series of the research group “Health Risks and Preventive Policy”. Wissenchafiszentrum Berlim fur Sozialforschung, 1992.

FREITAS, J. **A gestão de recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Olímpia, 2003.

FUNCEME – Fundação Cearense de Metereologia, Fortaleza: 1990.

GARJULLI, Rosana et al. **Gestão participativa dos recursos hídricos** – a experiência do Ceará. 1998.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed.. São Paulo: Atlas, 1995. 207p.

GOMES, Dominique Cunha Marques. **Trabalho de Investigação 2º Ano – Impacto Social da Barragem Castanhão: Efeito do Reassentamento Compulsório na Qualidade de Vida da População Urbana de Jaguaribara**. Fortaleza-Ce-Brasil, 2003.

GRUPO MULTIPARTICIPATIVO, **Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias**, de 1995 a 2004.

HARC- Houston Advanced Reseach Center. **Relatório final sobre realocização e reassentamento no Ceará. 1999.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fortaleza, 1999.

IDACE. Projeto Castanhão- Reassentamento Rural- Relatório de Atividades, março/2007.

\_\_\_\_\_. Projeto Castanhão-Ação Fundiária, 1996.

INSTITUTO DE MEMÓRIA DO POVO CEARENSE-IMOPEC. **Jaguaribara: resistindo e vivendo.** Fortaleza: IMOPEC, 1995.

\_\_\_\_\_. **Informativo: Casa da memória de Jaguaribara.** Fortaleza: IMOPEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Raízes: preservar a história para resistir.** Fortaleza: IMOPEC, 2000.

IPECE. **Dinâmica das áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará.** Fortaleza: Edições IPECE, 2003.

IPLANCE. **Áreas de assentamento no Ceará.** Fortaleza: Edições IPLANCE, 1990.

IPLANCE. **Áreas de assentamento no Ceará.** Fortaleza: Edições IPLANCE, 1999.

IPLANCE. **Áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará.** Fortaleza: Edições IPLANCE, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva** – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LAHELMA, E. Unemployment, re-employment and mental well-being. **Scandinavian Journal of Social Medicine**, Supplementum 43, 19-45, 1989.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE A.M.C; TEIXEIRA V.J.J. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEHTINEN, V. Unemployment and mental disturbance. **Scandinavian Journal of Environhealth**: 10, 505-509, 1984.

LIMA, Francisco Pardaillan Farias. **Castanhão, do Sonho à Realidade**. Fortaleza, 2007.

MACEDO, Hypérides Pereira de. **A chuva e o sertão na Terra do Sol**. São Paulo: Maltese, 1996.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993.

MEMÓRIA DO CEARÁ. **Jaguaribara, resistindo e vivendo**. Dez anos de luta do Castanhão. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 2001.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: **Uma Política Regional de Industrialização**, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979, p. 145.

NASCIMENTO, N. G. do. **Avaliação de impactos ambientais de grandes barragens: um estudo de caso**. Fortaleza: UFC- Universidade Federal do Ceará, 1991. (Dissertação de Mestrado).

O POVO. **Caderno de Economia**. Fortaleza, Ceará, 27/01/2000.

O POVO. **Pescadores Precisam de Fábrica de Gelo**, Fortaleza, Ceará, 03/09/2006.

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. 1997.

PEROBELLI, Fabiano Salgueiro; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. As Políticas Públicas Como Fator de Desequilíbrio: O caso da Indústria Têxtil nos anos 90. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais-** Foz do Iguaçu, SOBER, 1999.ICD.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTES, Raquel Cristina Batista Vieira. **Reassentamento Involuntário de População Atingida pela Construção de Obras de Infra-Estrutura Hídrica-** O caso da Barragem do Castanhão no Estado do Ceará, set/2004. Barcelona-Espanha.

Revista **Propostas Alternativas**, nº 06, 1999.

Revista **Veja**, abr/2000.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos:** O Declínio Inevitável dos Empregos e a Redução da Força de Trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, J.B.F. Síndrome Subjetiva do Desemprego. Fortaleza, Ministério do Trabalho/SINE, 1992.

SEBRAE, **O açude castanhão**. 2002.

SENRA, João Bosco. Cuidando das águas por um Brasil melhor. **Techno**. Recursos hídricos. Um tesouro abundante porém finito. Ed. 23/ 2003.

SILVA, Francisco Isac da. **Jaguaribara de Santa Rosa**. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

TEIXEIRA, Alberto. **Planejamento público:** de Getúlio a JK (1930-1960). Fortaleza: IPLANCE, 1997.



TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global** – limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Vicente de Paulo Pereira Barbosa. In: **Gestão das águas**: princípios e práticas. Editores: Nilson Campos; Ticiane Studart. Porto Alegre: ABRH, 2003.

WORLD Bank Technical Paper Number 80, maio/1999.

XAVIER, Yanko Marcus de Alencar; BEZERRA, Nizomar Falcão (Org.) **Gestão legal dos recursos hídricos dos Estados do Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

## **ANEXOS**

- 1- Relatório de Execução Físico-Financeira**
- 2- Conteúdos Fotográficos**
- 3- Questionário**

O projeto irrigação do Curupati por meio do Convênio EMATERCE/SDA com as associações das entidades gestoras Curupati I, II e III, demonstra aspectos relevantes na organização, tornando-o mais forte e estável na sua sustentabilidade, com assistência técnica permanente desde a aquisição de insumos agrícolas até a classificação e exportação da produção, conforme mostra a prestação de contas do relatório parcial físico-financeiro até outubro de 2007, na seqüência discriminado.

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

EXECUTOR: ENTIDADE GESTORA CURUPATI UM					CONVÊNIO Nº : 097/2006		
					PERÍODO: 01/08/2007 a 02/10/2007		
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO	FÍSICO				
			UNID	NO PERÍODO		ATÉ O PERÍODO	
AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
1.	1.1	MUDAS	UNID	151.200	25.625	151.200	124.525
	1.2	CALCARIO, COMP. ORGANICO, MICRO NUTRIENTES	TON	15.480	84	15.480	762
	1.3	UREIA, SUP. FOS. SIMPLES, CLORETO DE POTASSIO	KG	70.128	25.500	70.128	68.850
	1.4	FORMICIDA, FUNGICIDA	KG	180		180	62,0
	1.5	INSETICIDA, ACARICIDA, ESPALHANTE	L	414,36	25,00	414,36	225,00
	1.6	ENERGIA	Kw/h	180.000	57.192	180.000	174,400
2.	<b>FASE</b>	<b>MECANIZAÇÃO</b>					
	2.1	ROÇO,ARAÇÃO, GRADAGEM, TRANSPORTE INTERNO	H/M	288	127	288	471
3.	<b>FASE</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>					
	3.1	MARCAÇÃO, COVEAMENTO, ADUBAÇÃO, PREP. MUDAS, PLANTIO, APLIC. DEFENSIVOS	D/H	2.520	449	2.520	2640
	3.2	DESB. FRUTOS, CAPINAS, DESBROTA, IRRIGAÇÃO, COLHEITA, CLASSIFICAÇÃO	D/H	2.520	481	2.520	1.354

### FINANCEIRO (R\$ 1,00)

META	REALIZADO NO PERÍODO				REALIZADO ATÉ O PERÍODO			
	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL
1.	53.270,21	-	-	53.270,21	207.302,18	-	-	207.302,18
2.	5.088,60	-	-	5.088,60	18.845,86	-	-	18.845,86
3.	11.700,00	-	-	11.700,00	50.948,00	-	-	50.948,00
<b>TOTAL</b>	<b>70.058,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.058,81</b>	<b>277.096,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>277.096,04</b>

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

<b>EXECUTOR: ENTIDADE GESTORA CURUPATI DOIS</b>	<b>CONVÊNIO Nº : 098/2006</b>
	<b>PERÍODO: 29/05/2007 a 08/10/2007</b>

META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO	FÍSICO				
			UNID.	NO PERÍODO		ATÉ O PERÍODO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
		<b>AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS</b>					
1.	1.1	MUDAS	UNID	138.600	52.750	138.600	136.625
	1.2	CALCARIO, COMP. ORGANICO, MICRO NUTRIENTES	TON	14.190	149	14.190	1.476
	1.3	UREIA, SUP. FOS. SIMPLES, CLORETO DE POTASSIO	KG	64.284	12.900	64.284	48.370
	1.4	FORMICIDA, FUNGICIDA	KG	165	60	165	164
	1.5	INSETICIDA, ACARICIDA, ESPALHANTE	L	379,83	24	379,83	259
	1.6	ENERGIA	Kw/h	165.000	78.921	165.000	194.921
2.	<b>FASE</b>	<b>MECANIZAÇÃO</b>					
	2.1	ROÇO,ARAÇÃO, GRADAGEM, TRANSPORTE INTERNO	H/M	264	115	264	428
3.	<b>FASE</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>					
	3.1	MARCAÇÃO, COVEAMENTO, ADUBAÇÃO, PREP.MUDAS, PLANTIO, APLIC.DEFENSIVOS	D/H	2.310	600	2.310	2.311
	3.2	DESB. FRUTOS, CAPINAS, DESBROTA, IRRIGAÇÃO, COLHEITA, CLASSIFICAÇÃO	D/H	2.310	213	2.310	1.307

FINANCEIRO (R\$ 1,00)								
META	REALIZADO NO PERÍODO				REALIZADO ATÉ O PERÍODO			
	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL
1.	49.609,19	-	-	49.609,19	188.655,56	-	-	188.655,56
2.	4.614,00	-	-	4.614,00	19.155,10	-	-	19.155,10
3.	9.287,50	-	-	9.287,50	45.480,76	-	-	45.480,76
<b>TOTAL</b>	<b>63.510,69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.510,69</b>	<b>253.291,42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>253.291,42</b>

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

<b>EXECUTOR: ENTIDADE GESTORA CURUPATI TRÊS</b>	<b>CONVÊNIO Nº : 096/2006</b>
	<b>PERÍODO: 01/10/2007 a 12/11/2007</b>

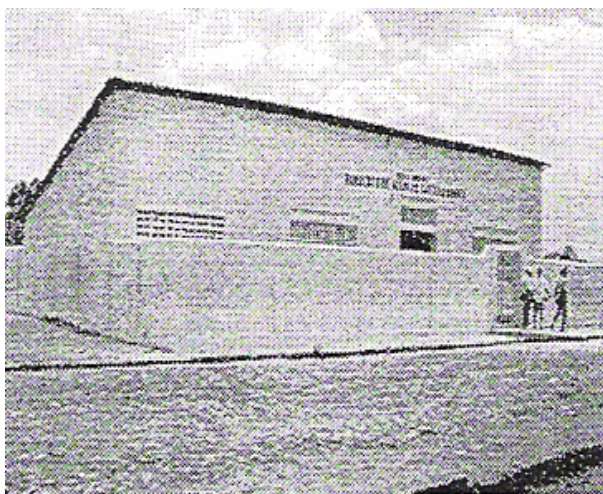
META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO	FÍSICO				
			UNID.	NO PERÍODO		ATÉ O PERÍODO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
		<b>AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS</b>					
1.	1.1	MUDAS	UNID	144.900	19.680	144.900	123.930
	1.2	CALCARIO, COMP. ORGANICO, MICRO NUTRIENTES	TON	14.835	168	14.835	770
	1.3	UREIA, SUP. FOS. SIMPLES, CLORETO DE POTASSIO	KG	67.206	923	67.206	61.573
	1.4	FORMICIDA, FUNGICIDA	KG	173	8.0	173	96
	1.5	INSETICIDA, ACARICIDA, ESPALHANTE	L	397,09	106,00	397,09	629
	1.6	ENERGIA	Kw/h	172.500	32.095,0	172.500	83.551,0
2.	<b>FASE</b>	<b>MECANIZAÇÃO</b>					
	2.1	ROÇO, ARAÇÃO, GRADAGEM, TRANSPORTE INTERNO	H/M	276	72,65	276	446,65
3.	<b>FASE</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>					
	3.1	MARCAÇÃO, COVEAMENTO, ADUBAÇÃO, PREP. MUDAS, PLANTIO, APLIC. DEFENSIVOS	D/H	2.415	300	2.415	2.446
	3.2	DESB. FRUTOS, CAPINAS, DESBROTA, IRRIGAÇÃO, COLHEITA, CLASSIFICAÇÃO	D/H	2.415	388	2.415	1.332

### FINANCEIRO (R\$ 1,00)

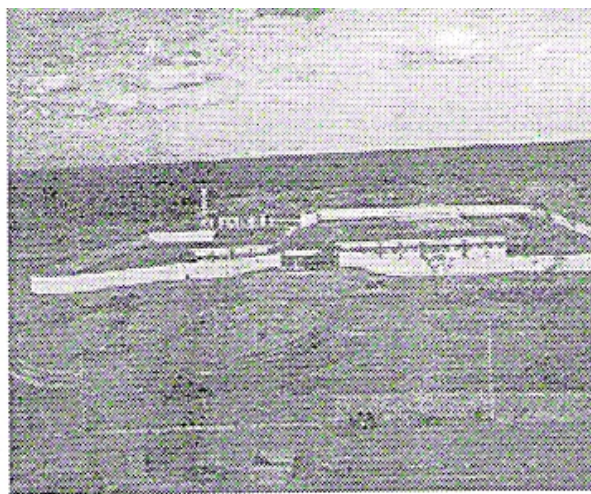
META	REALIZADO NO PERÍODO				REALIZADO ATÉ O PERÍODO			
	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL	CONCEDENTE	EXECUTOR	OUTROS	TOTAL
1.	54.164,52	-	-	54.164,52	200.601,58	-	-	200.601,58
2.	3.146,00	-	-	3.146,00	18.166,44	-	-	18.166,44
3.	8.602,50	-	-	8.602,50	47.365,21	-	-	47.365,21
<b>TOTAL</b>	<b>65.913,02</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.913,02</b>	<b>266.133,23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>266.133,23</b>

Fonte: DIFIN – Divisão Financeira da EMATERCE

## EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO



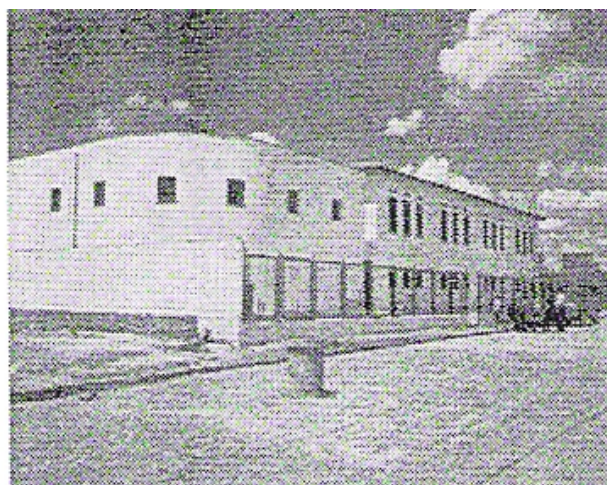
**Escola de Ensino Fundamental – Jaguaribara Antiga**



**Escola de Ensino Fundamental – Nova Jaguaribara**

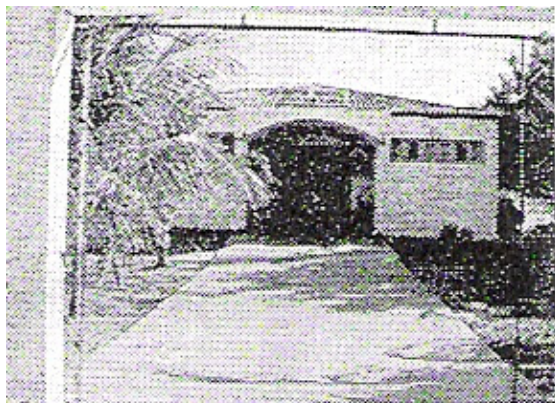


**Escola de Ensino Médio – Jaguaribara Antiga**

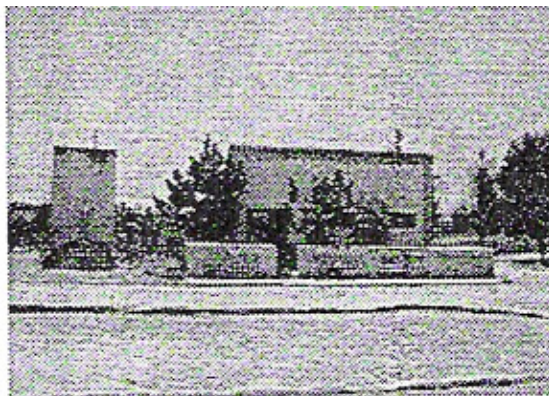


**Escola de Ensino Médio – Nova Jaguaribara**

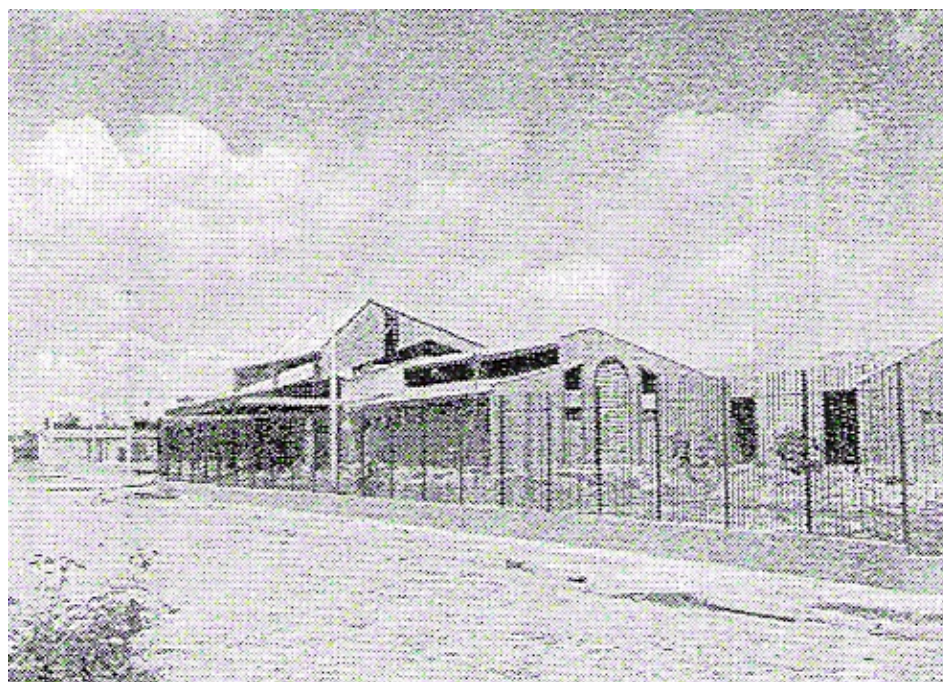
## EQUIPAMENTOS DE SAÚDE



**Hospital – Jaguaribara Antiga**



**Posto de Saúde – Jaguaribara Antiga**



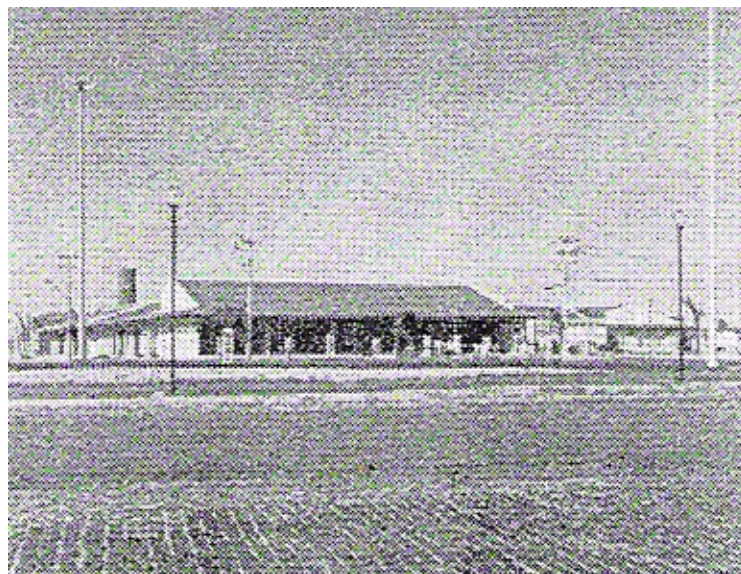
**Posto do Hospital da Nova Jaguaribara**



## EDIFICAÇÕES COMERCIAIS



**Edificações comerciais – Jaguaribara Antiga**



**Edificações comerciais – Nova Jaguaribara**

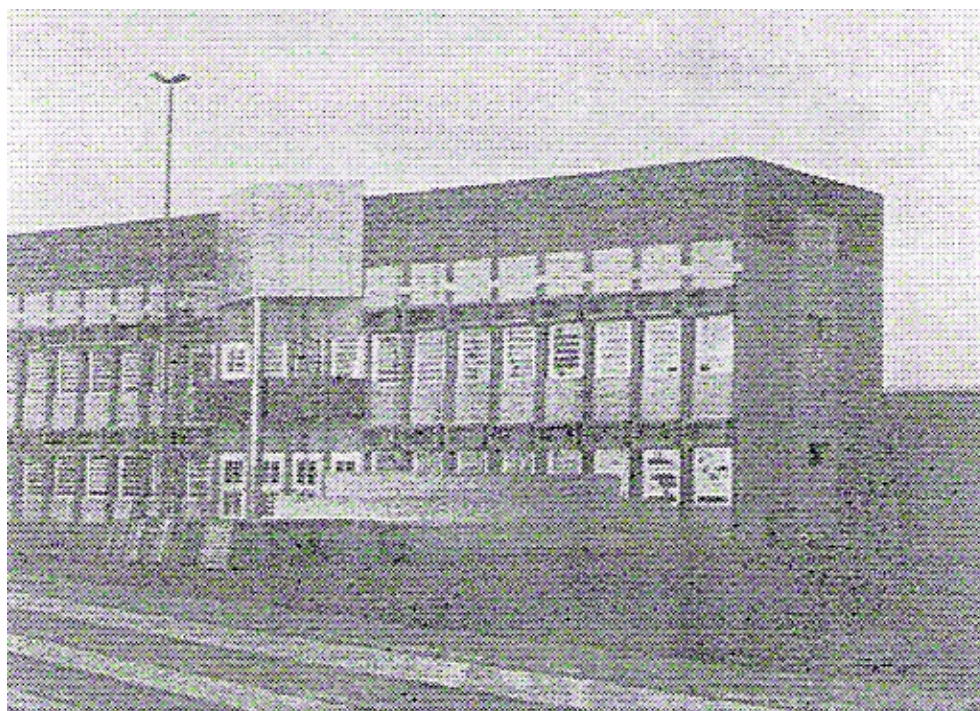
## EDIFICAÇÕES INSTITUCIONAIS



**Prefeitura/Câmara dos Vereadores - Jaguaribara Antiga**

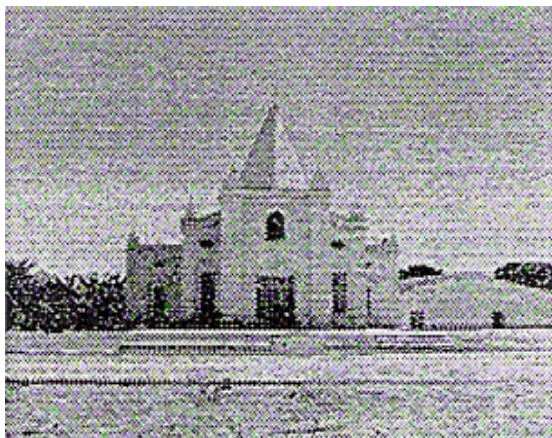


**Câmara dos Vereadores - Nova Jaguaribara**



**Prefeitura – Nova Jaguaribara**

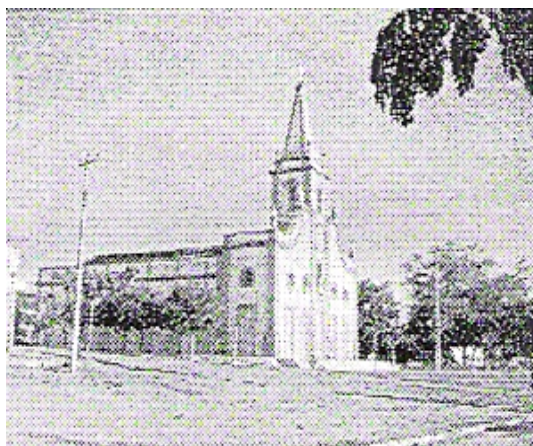
## IGREJAS



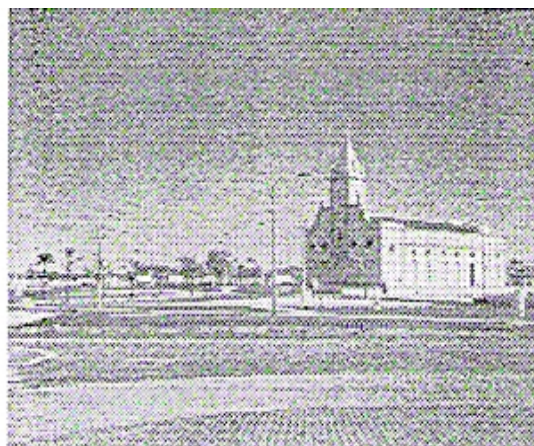
**Igreja São Vicente Férrer – Poço Comprido  
Jaguaribara Antiga**



**Igreja São Vicente Férrer - Nova  
Jaguaribara**

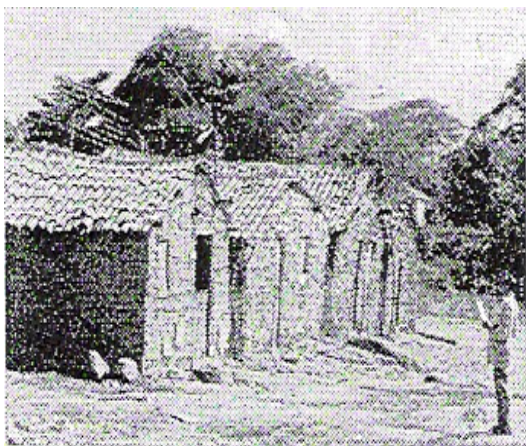


**Igreja Santa Rosa de Lima - Jaguaribara  
Antiga**

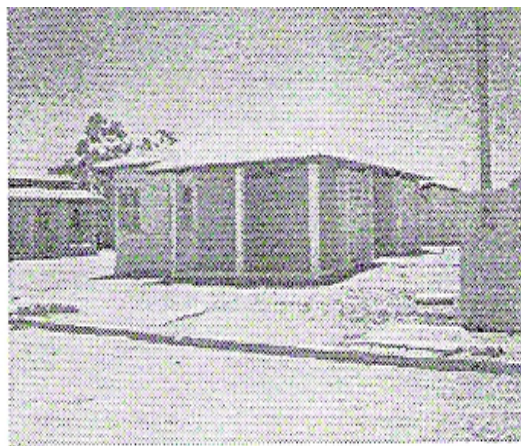


**Igreja Santa Rosa de Lima - Nova Jaguaribara**

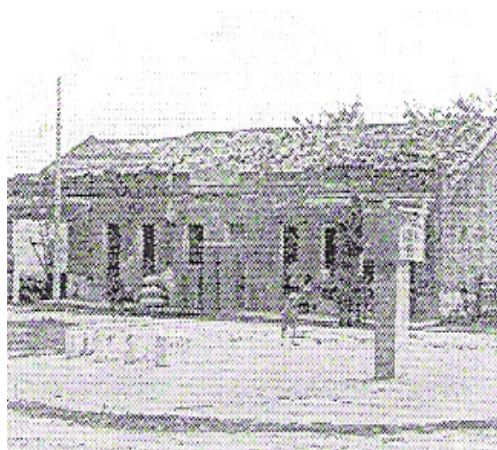
## HABITAÇÕES



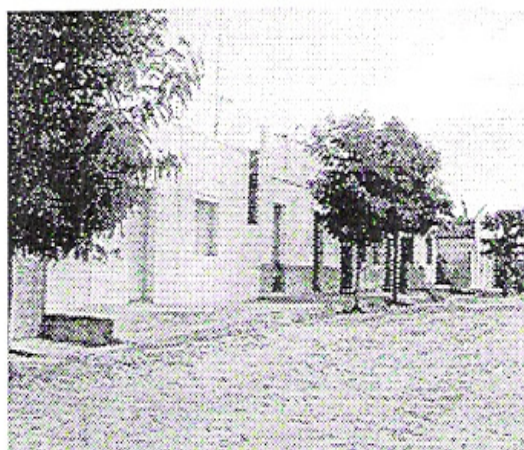
**Casas de Taipa da Antiga Sede de Jaguaribara**



**Casas de Nova Jaguaribara**



**Casas do Antigo Distrito de Poço Comprido**



**Casas - Antiga Jaguaribara**

## QUESTIONÁRIO

**NOME:**

**ENDEREÇO**

### 1. IDADE E SEXO

**M            F**  
QUANTIDADE

- 16 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- 60

### 2. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Entrevistado	Esposo(a)	Irmãos	Pais	Dependentes
Quant    %	Quant    %	Quant    %	Quant    %	Quant    %

- Analfabeto
- Lê e escreve
- Primeiro Grau
- Segundo Grau
- Superior

### 3. PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS, ENTIDADES, PASTORAIS ETC.

Quant (Famílias)

CPT – Comissão Pastoral da Terra

MAB – Movimento de Atingidos por Barragem

MST – Movimento dos Sem Terra

STR – Movimento dos Trabalhadores Rurais

Associação

Cooperativa

Outros

#### **4. DADOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**

Quantidades

- Hospitais
- Leitos
- Postos de Saúde
- Médicos
- Odontólogos
- Enfermeiros

#### **5. NÍVEL DE SATISFAÇÃO PARA A VARIÁVEL EDUCAÇÃO**

Quantidade (Famílias)

- Satisfatório
- Pouco Satisfatório
- Muito Satisfatório

#### **6. LAZER (UTILIZAÇÃO DAS HORAS DE FOLGA)**

Quantidade (Famílias)

- Vai às pracinhas
- Visita parentes e amigos
- Pratica esportes
- Descansa
- Vai à igreja
- Joga dado, dominó, baralho etc
- Vai a clubes
- Toma banho no Açude
- Assiste à televisão
- Caça e/ou pesca

- Ouve rádio
- Lê material informativo como jornal ou revista

### **7. CONDIÇÃO DE MORADIA (Situação de Posse)**

Quantidade (Famílias)

- Própria
- Cedida
- Alugada

### **8. CONDIÇÃO DE MORADIA (Área Construída)**

Quantidade (Famílias)

- Abaixo de 25m<sup>2</sup>
- Entre 25 a 50m<sup>2</sup>
- Entre 50 a 75m<sup>2</sup>
- Entre 75 a 100m
- Entre 100 a 125m<sup>2</sup>
- Entre 125 a 150m<sup>2</sup>

### **9. NÍVEL DE OCUPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

Pecuária    Comércio    Serv.Público    Indústria    Conta Própria    Agric.    Aposentado

Quantidade

- Trabalhando
- Temporário
- Não trabalhando

### **10. NÍVEL DE SATISFAÇÃO PARA A VARIÁVEL EMPREGO E RENDA**

**SIM**

**NÃO**

Quant.    %

Quant.    %

- O que ganha dá para viver de forma efetiva e também regular
- Trabalha na zona urbana
- Considera o trabalho como emprego formal

**11. NÍVEL DE REMUNERAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

Salário Mínimo	Quant.	%
▪0,0-0,5		
▪0,6-1,0		
▪1,1-2,0		
▪2,1-3,0		
▪3,1-4,0		
▪4,1-5,0		
▪> 5		
▪Não Informou		



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)